

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) PEDRO FERNANDO ZONZIN FILHO

OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES:

o emprego do Poder Naval para a salvaguarda dos interesses do Estado

Rio de Janeiro

2019

CC (FN) PEDRO FERNANDO ZONZIN FILHO

OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES:

o emprego do Poder Naval para a salvaguarda dos interesses do Estado

Trabalho apresentado à Escola de Guerra Naval
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CF (FN) Rafael Pires Ferreira

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2019

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Anísia, e meu filho, Fernando, pelo amor e extrema paciência que me conferiu fôlego para persistir nos momentos mais difíceis.

Ao meu orientador, Capitão de Fragata (FN) Rafael Pires Ferreira, pelos valiosos conselhos e precisa orientação no rumo deste trabalho.

A Deus por tudo.

RESUMO

A missão do Poder Naval vincula suas tarefas às modernas ameaças que surgiram após o fim da Guerra Fria. Tais tarefas, também foram incrementadas em virtude da ampliação do processo de Globalização. Esses fenômenos estenderam o propósito das Marinhas além da clássica defesa contra inimigos estatais. Nesse contexto global, o valor das relações econômicas e diplomáticas do Brasil com demais Estados, para o Poder Político e, conseqüentemente, para o Poder Naval, fez surgir a problemática da adequação da Marinha do Brasil a fim de que esta esteja em condições de fornecer o apoio requerido por estas interações. Incluem-se como apoio, a possibilidade de atuar na salvaguarda de cidadãos que estejam em situação de risco no exterior. Este trabalho se propôs a analisar o relacionamento do Poder Naval brasileiro com situações de insegurança para cidadãos que exercem funções comerciais, empresariais e diplomáticas em Estados mais suscetíveis à crises e conflitos. Para isso, focou-se nas relações econômicas e diplomáticas do Brasil, mantidas com os Estados da costa atlântica da África Ocidental. Durante seu desenvolvimento, concluiu-se que é importante para o Estado brasileiro, estar em condições de defender nossos nacionais presentes naquela região, que engloba Estados com latente instabilidade, possuindo desta forma, um Poder Naval capaz de conduzir Operações de Evacuação de Não Combatentes, em benefício da defesa nacional e em apoio à política externa brasileira. No entanto, verificou-se que é crucial um esforço integrado do Estado brasileiro para manter meios em condições de pronto emprego, adequar e prontificar os Planos de Evacuação de Embaixada, bem como ampliar a capacidade de interoperabilidade de suas Forças Armadas e demais agências. Adotou-se uma metodologia analítica e exploratória, ao passo que se fundamentou em bibliografias e documentos, e espera-se trazer à tona reflexões sobre os desdobramentos para a Marinha do Brasil, a fim de que esta esteja em condições de responder oportunamente quando e onde for necessário.

Palavras-chave: Poder Naval. Guerra Fria. Globalização. Salvaguarda de cidadãos em situação de risco. Relações Econômicas e Diplomáticas. Estados da costa atlântica da África Ocidental. Operações de Evacuação de Não Combatentes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Adaptação do modelo de Grove (A) para o Poder Naval brasileiro (B)	54
Figura 2- Operações militares estadunidenses	55
Figura 3- Investimentos brasileiros na África em 1993	56
Figura 4- Cooperação na Área de Defesa entre o Brasil e a África	57
Figura 5- Classificação de risco realizado pela Agência AON <i>Risk Solutions</i> para os Estados africanos	59
Figura 6- Classificação de risco realizado pela Agência MARSH <i>Risk Consulting</i> para os Estados africanos	60
Figura 7- Conflitos em processos eleitorais na Guiné-Conacri no período compreendido entre novembro de 2010 e outubro de 2015	61
Quadro 1- Brasileiros na África	58

LISTA DE TABELAS

1- Operações de Evacuação de Não Combatentes ocorridas na África após o fim da Guerra Fria	51
2- Principais empresas brasileiras presentes no litoral da África Ocidental em 2017	52
3- Classificação os Estados da África Ocidental de acordo com sua condição securitária e de estabilidade econômica	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	HISTÓRICO, DEFINIÇÕES E CONSIDERAÇÕES	10
2.1	Projeção Anfíbia – nova tendência de emprego das marinhas	10
2.2	Operação de Evacuação de Não Combatentes	14
2.3	Instrumento de defesa nacional e dos interesses do Estado	15
2.4	A relação da África com as Operações de Evacuação de Não Combatentes	17
3	AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ÁFRICA	19
3.1	África – Importante celeiro de recursos do século XXI	19
3.2	Exploração de recursos, prestação de serviços, cooperação e diplomacia.....	21
3.3	Brasileiros em uma região instável	25
3.4	Razões da instabilidade	29
4	O PODER NAVAL COMO INSTRUMENTO DO ESTADO	32
4.1	O conjugado anfíbio e seu caráter expedicionário	32
4.2	Relacionamento diplomático e interagências	33
4.3	Possibilidades do Poder Naval	36
4.4	Limitações do Poder Naval	38
4.5	Evacuação de brasileiros não combatentes - Uma realidade	40
5	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS	46
	APÊNDICES	51
	ANEXOS	54

1 INTRODUÇÃO

A ordem mundial, após os longos anos de Guerra Fria¹ (1947 – 1989), esteve em contínua mudança. O equilíbrio de poder mudava do eixo Leste-Oeste para um ambiente multipolarizado² e, cada vez mais, globalizado³. Tal transformação intensificou a competição entre Estados e outros atores não estatais, tornando-se cada vez mais comum o surgimento de tensões e instabilidades que afetavam a paz mundial.

À medida que se acentuavam assimetrias internas e regionais em determinados Estados, crises surgiam vinculadas a uma associação de questões étnicas, religiosas, disputas por recursos naturais, além de efeitos relacionados a movimentos nacionalistas, sectários e xenofóbicos. Esse conjunto de motivos, somados em alguns casos as recentes ameaças como o terrorismo e delitos transnacionais, tornaram necessários novos arranjos de segurança dos Estados Nacionais.

Um desses arranjos relaciona-se, com maiores preocupações concernentes, a salvaguarda de nacionais não combatentes em áreas instáveis, principalmente, para os Estados que detêm importantes relações comerciais e diplomáticas com essas regiões, uma vez que estas relações demandam a permanência, mesmo que temporária, de seus cidadãos em solo estrangeiro.

O Brasil e suas multinacionais, visando a objetivos estratégicos e comerciais, por meio da expansão de seus interesses no exterior, têm levado a uma crescente presença dessas

¹ Designação da rivalidade bipolar entre os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A Guerra Fria iniciou pouco após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1947 e terminou com a queda do muro de Berlim em 1989. Caracterizou-se como um conflito de ordem política, militar, econômica, social e ideológica entre as duas superpotências da época.

² Refere-se a todos os campos dentro do sistema internacional de pólos de poder, excluindo o campo militar, que ainda hoje, é baseado dentro de uma ótica da unipolaridade hegemônica estadunidense.

³ Processo que tem conduzido ao condicionamento crescente das políticas econômicas nacionais, ao mesmo tempo que se adensam as relações de interdependência, dominação e dependência entre os atores internacionais e nacionais, incluindo os próprios governos nacionais que procuram pôr em prática as suas estratégias no mercado global.

empresas, representações e outras organizações nas mais diversas regiões do mundo. E, devido à combinação de fatores locais intrínsecos, algumas regiões podem necessitar de uma atenção especial do governo brasileiro. Como por exemplo, os Estados da África Ocidental⁴ margeados pelo Oceano Atlântico.

Nesses casos, situações de instabilidade podem acarretar a necessidade de medidas para evacuar nacionais, por meios não convencionais, a partir do momento que a saída desses seja impedida ou que não existam meios usuais de transporte com capacidade para tal. Essas ações, normalmente, são desencadeadas a partir da avaliação e por recomendação do chefe da missão diplomática brasileira no Estado considerado. Podem englobar a condução de uma Operação de Evacuação de Não Combatentes (OpENC) pelas Forças Armadas (FA), associada ou não, dependendo da situação, a meios de transporte locais.

Quando esse tipo de operação militar envolver distâncias marítimas, incertezas tanto do nível de hostilidade do ambiente, quanto do tempo necessário de duração das ações, a Marinha do Brasil (MB) pode ser chamada a conduzi-las. Seja atuando como Força Singular⁵ (FS) ou participando de uma Força Conjunta, a MB possui especial aptidão para essa tarefa em função das características intrínsecas do Poder Naval⁶ (PN).

Dessa forma, este trabalho se propõe a analisar o relacionamento do PN brasileiro com situações de insegurança para cidadãos que exercem funções comerciais, empresariais e diplomáticas em Estados dotados de instabilidade latente, coletando subsídios a fim de responder ao seguinte questionamento: "É importante para o Brasil possuir um PN capaz de

⁴ Região africana que engloba os seguintes países: Nigéria, Níger, Benin, Togo, Gana, Burkina Faso, Mali, Costa do Marfim, Libéria, Serra Leoa, Guiné, Guiné Bissau, Mauritânia, Senegal, Gâmbia e Cabo Verde, sendo destes, apenas o Níger, Burkina Faso e o Mali não são banhados pelo Oceano Atlântico.

⁵ O Brasil possui três Forças Singulares: Marinha, Exército e Aeronáutica.

⁶ O Poder Naval é um componente da Expressão Militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando a contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na Política Nacional de Defesa (PND), conforme as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2017a, p. 1-4).

conduzir OpENC visando a segurança de seus nacionais que exercem atividades econômicas e diplomáticas na Costa da África Ocidental no século XXI? ”

A fim de alcançarmos essa resposta, este estudo foi estruturado em mais quatro capítulos.

Utilizando como marco teórico os fundamentos de Geoffrey Till (1945 -), em sua obra *Seapower - A guide for the Twenty-First Century*, que tratam dos desafios e tarefas das marinhas modernas, o segundo capítulo destina-se à sustentação necessária para a pesquisa. Foram abordadas definições a respeito do tema, envolvendo uma sucinta análise histórica sobre o surgimento das OpENC, as motivações políticas e estratégicas de interesse do Estado brasileiro para seu emprego e a relação dessas operações com o continente africano.

No terceiro capítulo, discorre-se sobre a importância das relações comerciais e diplomáticas do Brasil com a África. Foram enfatizados os aspectos da presença de empresas e de cidadãos brasileiros na região da África Ocidental, ressaltando-se os motivos da instabilidade dessa parcela do continente.

Destina-se o quarto capítulo a atestar o PN brasileiro como sendo o instrumento apropriado do Estado na condução de uma OpENC. Foram ressaltadas suas características, possibilidades, limitações, e a necessidade de sua integração com o campo diplomático. Ao final do capítulo, foram expostas as evidências que demonstram que o Brasil não está isento dessa realidade. Por fim, na conclusão, apresenta-se a análise sobre os aspectos levantados.

Considera-se que a esse assunto se reveste de grande relevância, uma vez que nos últimos anos, foram observadas inúmeras OpENC ocorridas na África. Tais operações foram impulsionadas por diversos fatores geradores de violência presentes naquele continente, e pela necessidade de salvaguardar pessoas em uma sociedade marcada pelas assimetrias das interações econômicas e sociais de uma nova era, cada vez mais globalizada e interdependente.

2 HISTÓRICO, DEFINIÇÕES E CONSIDERAÇÕES

Este capítulo contextualiza o surgimento das OpENC, além de tecer um breve histórico a respeito da determinação do objeto deste trabalho e sua relação com os desafios das marinhas modernas. Inicialmente, utilizando-se de fundamentos teóricos e considerando o preconizado em documentos políticos e estratégicos, será evidenciada a importante relação desse tipo de operação com os interesses do Estado brasileiro e a defesa da pátria. E, ao final, serão apresentados alguns dados do relacionamento dessas operações com o continente africano, com ênfase nas operações ocorridas após a Guerra Fria.

2.1 Projeção Anfíbia – nova tendência de emprego das marinhas

Nossas forças navais, na era pós-guerra fria, estão agora quase três vezes mais ocupadas do que antes de 1990. Refiro-me aos chamados à ação, da manutenção da paz à resposta à crise, aos esforços humanitários [...] nossas forças navais são, mais do que nunca, as ferramentas certas para o trabalho de lidar com as limitações do mundo pós-Guerra Fria⁷ (DALTON, 1998, citado por TILL, 2009, p. 350. Tradução nossa).

Durante a Guerra Fria, o ambiente bipolar tornava a percepção das ameaças mais clara, havendo uma necessidade premente de se construir uma Marinha forte para a guerra no mar. A partir dos anos 1990, uma iminente guerra mundial foi sendo paulatinamente substituída pela ocorrência de inúmeras crises de menor envergadura, que aconteciam em diferentes partes do mundo e com motivações e intensidades diversificadas. Desse modo, com o fim do antagonismo entre o Leste e o Oeste, importantes marinhas do mundo⁸ começaram a alterar o foco do emprego de seus PN.

⁷ Original em inglês: “*Our naval forces, in the post-cold war era are now almost three times busier than they ever were prior to 1990. I am referring to actual calls to action, from peace-keeping to crisis response to humanitarian efforts...Our naval forces are, more than ever, the right tools for the job of dealing with the isntabibilities of the post Cold War world*” (Dalton, The Hon. J. H., Navies and world events in the 21st century, Journal of the Royal United Services Institute, Outubro, 1998).

⁸ Estados Unidos da América, Reino Unido e França.

Essas crises, segundo Ferreira (2014, p. 9), passaram a representar novas ameaças à segurança e à estabilidade das relações internacionais, principalmente por sua crescente frequência, trazendo com elas novos desafios de emprego do PN e, conseqüentemente, das marinhas.

Tais desafios fizeram com que as forças marítimas buscassem a capacidade de se diversificar, para incluir em seu repertório uma faixa adicional de funções. Estas funções exigiriam novas atitudes e novos conjuntos de habilidades a fim de enfrentar situações contemporâneas, muito mais politizadas, complexas e confusas (TILL, 2009, p. 356). O autor afirma ainda que os Estados que engajaram nesses tipos de operações, geralmente, o fizeram na expectativa de que essas contribuíssem para a estabilidade internacional. Dirigiram suas atividades, não contra governos ou outras forças que os ameaçavam, mas contra instabilidades ocasionadas, como por exemplo, por desastres naturais e guerras civis, que pudessem prejudicar a estabilidade mundial.

O Brasil, no cerne de sua política, como descrito no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) de 2012, posiciona-se defendendo a ideia de que a nova arquitetura de poder do século XXI não deve favorecer posturas conflituosas e excludentes, herdadas de ordenamentos internacionais que predominaram ao longo do século XX. E ainda, que essa opção política não deverá negligenciar a complexidade das ameaças surgidas no período do pós-Guerra Fria e das incertezas de que se reveste o horizonte de médio e longo prazos (BRASIL, 2012a, p. 28).

A fim de possibilitar respostas apropriadas a essa nova realidade, o Estado brasileiro definiu, em uma perspectiva de longo prazo, as metas constantes do Plano Brasil 2022, elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos. Esse Plano, por meio de sua Meta quatro, no segmento referente à Defesa, prevê aumentar o PN para cumprir, em sua plenitude, a tarefa de projetar poder sobre terra (BRASIL, 2012a, p. 24).

Desta forma, após emanadas essas diretrizes, foram revistas em 2012 a Política de Defesa Nacional (PDN)⁹, de 2005, e a Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008, que traçaram, dentre diversas outras orientações, os objetivos a serem alcançados pelas FA brasileiras.

A MB, buscando o atendimento das instruções preconizadas nos documentos políticos-estratégicos citados anteriormente, apresentou, na Doutrina Militar Naval (DMN), a adaptação do triângulo de Eric Grove¹⁰ (1990), para o PN brasileiro (FIG. 1, Anexo A). Nessa adaptação, percebe-se a total inserção das funções da MB nesta nova tendência mundial. As operações passaram a abarcar a participação do PN não somente na Guerra Naval¹¹ propriamente dita, mas também na realização de atividades benignas¹² e atividades de uso limitado da força¹³. Tais aplicações do PN passaram a ser executadas de forma interdependente e intimamente inter-relacionadas, podendo ser conduzidas concomitantemente ou consecutivamente de acordo com sua abrangência, ou seja, uma determinada operação pode ocorrer em um, em dois ou em três campos de emprego.

[...] uma mesma operação, ação ou atividade pode contribuir, simultaneamente, para duas, ou até mesmo para as três aplicações do Poder Naval. Deve-se ainda relevar a possibilidade de determinada operação, ação ou atividade ser empregada para uma função e evoluir para atender a outra diferente da inicial, representando a versatilidade do Poder Naval (BRASIL, 2017a, p. 2-10).

No campo das Operações Anfíbias (OpAnf), uma das principais evoluções para que atendessem às demandas contemporâneas dos Estados, foi a transformação doutrinária que deu origem a uma nova modalidade. Esta passou a englobar um amplo aspecto de operações, originando o termo Projeção Anfíbia e seu posterior desenvolvimento.

⁹ A Política de Defesa Nacional (PDN) teve seu nome alterado para Política Nacional de Defesa (PND) em 2012.

¹⁰ Eric Grove em sua obra *“The Future of Sea Power”*, 1990, expôs sua ideia do “triângulo do uso do mar”.

¹¹ Consiste no emprego do Poder Naval, contribuindo para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa (BRASIL, 2017a, p. 3.1).

¹² São aquelas, desenvolvidas no País ou no exterior, em que o Poder Naval, com suas estruturas organizadas e autossustentáveis e com capacidades e conhecimentos especializados, atua com o propósito de contribuir com a ordem social, não sendo admitido o emprego da força (BRASIL, 2017a, p. A-5).

¹³ São aquelas em que a MB exercerá o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional. A força só é admitida nas situações de legítima defesa ou no nível mínimo necessário ao desempenho da função (BRASIL, 2017a, p. A-5).

A Projeção Anfíbia foi uma forma encontrada de se contrapor e de flexibilizar o próprio conceito de OpAnf. A partir de então, essas operações deixariam de ser apenas uma ferramenta de combate para forçar a entrada do PN em litorais hostis, para tornar-se também uma opção menos bélica, apta a levar soluções às crises geradas em ambientes apenas potencialmente hostis, ou até mesmo permissivos. Dessa forma, esse PN projetaria uma força não mais para combater e sim para colaborar e mediar conflitos (FERREIRA, 2014, p. 9).

Para a MB, esse novo conceito apareceu pela primeira vez em 2014, documentado na Doutrina Básica da Marinha (DBM). Derivou-se a partir das últimas alterações doutrinárias descritas em manuais do *United States Marine Corps*¹⁴ (USMC), como a apresentada no *Joint Doctrine for Amphibious Operations*. Descrevendo, inicialmente, essa nova modalidade de OpAnf como sendo uma “Operação de apoio anfíbio a outras operações” (EUA, 2009, p. I-2. Tradução nossa)¹⁵. Em 2014, o documento foi atualizado e passou a descrevê-la como sendo uma “Operação de apoio de Força Anfíbia para resposta a crises e outras operações” (EUA, 2014a, p. I-3. Tradução nossa)¹⁶.

Na MB, mesmo com a publicação da Doutrina Militar Naval (DMN) em 2017, (antiga DBM), o conceito de Projeção Anfíbia se manteve. Ambas publicações descrevem essa modalidade de OpAnf, como aquela que visa introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, dentre outras contingências, como a prevenção de conflitos e a distensão de crises. Dessa maneira, tais inclusões nos documentos normativos, contribuíram para o alinhamento da MB com a guerra naval moderna.

Tais disposições coadunam com o sustentado por Till (2009, p. 251), que considera como inclusões no repertório das marinhas, as operações descritas como sendo expedicionárias.

¹⁴ Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América

¹⁵ Original em inglês: “Amphibious Support to Other Operations”.

¹⁶ Original em inglês: “Amphibious Forces Support to Crisis Response and Other Operations”.

Dentre essas conduzidas por forças navais, o autor cita exemplos como: o ataque a forças que provocam desordem a partir do mar, a evacuação de não combatentes de áreas onde há a deterioração da segurança e a contribuição com ajuda humanitária em desastres naturais, particularmente, porque forças navais podem alcançar lugares carentes e de difícil acesso e aliviar o sofrimento da população afetada.

Essas operações, aglutinadas pela MB, nessa modalidade de OpAnf desde 2014, abrangeram desde então a realização de atividades benignas e de uso limitado da força que englobam, por exemplo, a resposta a desastres, Operações Humanitárias¹⁷ (OpHum) e Operações de Evacuação de Não Combatentes (OpENC), sendo esta última, parcela do objeto deste estudo.

2.2 Operação de Evacuação de Não Combatentes

A DMN 2017 descreve OpENC como sendo uma operação caracterizada por envolver, usualmente, a entrada de uma força militar no território do país hospedeiro e a ocupação temporária de objetivos que assegurem as condições de segurança para a realização de uma retirada planejada de não combatentes (BRASIL, 2017a, p. 4-13). Busca, como efeito desejado, a evacuação, para um Local de Destino Seguro¹⁸ (LDS), de civis e militares brasileiros, além de civis de outras nacionalidades, desde que indicados pelo governo, que estejam impossibilitados de prover adequadamente sua autodefesa e que, por qualquer motivo, encontrem-se em regiões de risco, com ameaças a sua segurança ou onde exista situações de calamidade.

¹⁷ São aquelas realizadas em outros países, em ambiente operacional predominantemente permissivo, para reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, e para prestar assistência cívico-social (BRASIL, 2017a, p. 5-2).

¹⁸ Local para onde são conduzidos os evacuados ao término da evacuação de não-combatentes, que, preferencialmente, deverá estar localizado no Brasil (BRASIL, 2007a, p. 149).

Apesar do conceito relativamente recente de Projeção Anfíbia, as OpENC já aconteciam antes mesmo de estarem englobadas por essa nova modalidade de OpAnf. Sendo que um número expressivo dessas operações, como veremos a seguir, foram desencadeadas após o fim da Guerra Fria.

O documento *Amphibious Ready Group and Marine Expeditionary Unit Overview* (EUA, 2014b, p. 27), cita que, nos vinte anos anteriores ao documento, mais de 20.000 cidadãos estadunidenses e de outras nacionalidades, cujas vidas estavam em perigo em um país hospedeiro foram evacuados pelo USMC em navios anfíbios para um refúgio seguro. E, que o aumento, no número dessas operações em relação às demais, deu-se a partir de 1989, bem como o incremento na utilização de determinados meios, como os *Amphibious Ready Group*¹⁹ (ARG) na sua execução (FIG. 2, Anexo B).

Um dos motivos para esse aumento pode ser explicado por meio da relação entre a expansão mundial das atividades humanas, decorrente dos crescimentos econômico e populacional, e seus reflexos na ampliação da demanda por recursos naturais. O que torna frequente e necessário, a permanência de estrangeiros em regiões volúveis do globo. E isto, torna as OpENC uma maneira de contribuir para salvaguarda dos interesses dos Estados e de suas empresas, na figura de seus funcionários e cidadãos, evacuando-os, quando se fizer necessário.

2.3 Instrumento de defesa nacional e dos interesses do Estado

Apesar da ocorrência de conflitos generalizados entre Estados ter se reduzido, ainda são frequentes aqueles de caráter étnico, religioso e nacionalista, que fragmentam as populações

¹⁹ Forças-Tarefa dos EUA (total de 03, sendo 02 pré-posicionadas em regiões estratégicas, em território estrangeiro) compostas de navios de guerra e de fuzileiros navais com todo adiestramento e material necessário para a execução de operações anfíbias, sejam elas operações de Guerra Naval, Atividades Benignas ou de Emprego Limitado da Força.

dos Estados (BRASIL, 2012b, p. 10). Cenário este, propício para combinações de distintos conceitos de guerra e seus efeitos sobre a ordem mundial.

O LBDN relaciona que o custo do não engajamento do Brasil diante das incertezas em relação aos cenários futuros na construção da ordem internacional nascente pode ser muito maior do que o ônus imediato, correspondente ao investimento na capacitação, no preparo e no desenvolvimento de meios necessários ao exercício da soberania. Descreve ainda que a consolidação de estruturas de governança multilateral, representativas da nova distribuição de poder mundial, é um interesse do Estado e exige coordenação estreita entre as políticas externa e de defesa, na medida em que esta oferece àquela salvaguarda, apoio e logística, imprescindíveis para a atuação do Brasil no cenário internacional (BRASIL, 2012a, p. 27).

Consoante a nova ótica mundial e aos interesses do Estado, a Política Naval de 2019, orientadora do planejamento estratégico da MB, cita algumas das atividades relacionadas aos interesses nacionais que a mesma deve desempenhar no cumprimento de sua missão. Dentre elas, destacam-se a salvaguarda de pessoas e de interesses no exterior e o apoio a projeção do Brasil. Essas atribuições alinham-se com duas tarefas já traçadas anteriormente e listadas em sua Missão, quais sejam, as de preparar e empregar o Poder Naval para contribuir com a defesa da pátria e no apoio à política externa brasileira.

Cabe ressaltar que a Defesa Nacional é caracterizada como sendo: “o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (BRASIL, 2012b, p. 16), e tem como um dos objetivos nacionais de defesa: “defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior” (BRASIL, 2012b, p. 8).

No que diz respeito a uma possível contribuição do PN, dentro de um ambiente internacional, a Política Naval cita que

A atuação das Forças Armadas pode ser necessária para assegurar os interesses do Estado e a integridade física e psicológica de nacionais brasileiros lotados em representações diplomáticas e empresas no exterior, ameaçadas por eventuais instabilidades políticas e sociais (BRASIL, 2019a, p.16. Grifo nosso).

Tais aspectos, serão, particularmente, tratados no capítulo 4, cujo intuito será explorar as circunstâncias em que o Poder Naval vem sendo preparado e estruturado de forma a contribuir para assegurar a salvaguarda e a integridade de nacionais em regiões instáveis.

2.4 A relação da África com as Operações de Evacuação de Não Combatentes

Segundo Nader (2006, p. 260), a simples pronúncia da palavra África, em qualquer idioma, remete à memória de qualquer pessoa, um continente de belas paisagens e uma sucessão de ideias desconcertantes sobre os problemas que afetam aquela região.

O fim da Guerra Fria, agravado pelo desmembramento e desaparecimento da ex-URSS em 1991, de acordo com Visentini²⁰ (2010), citado por Pecequilo (2012, p. 156), fez com que o continente africano perdesse grande parte de sua importância estratégica e capacidade de barganha. Perdeu, dessa forma, importância econômica, o que resultou na marginalização do continente dentro do Sistema Internacional e na tribalização de seus conflitos e da sua política regional.

Essas adversidades foram agravadas por novas ameaças que levaram àquelas regiões ainda mais instabilidade. Quando esses problemas se aglutinaram, agravados ou não pelo fim da bipolaridade e por um mundo cada vez mais globalizado economicamente, desestabilizaram completamente ou parcialmente a situação já fragilizada de determinados Estados. Tornaram-se desta maneira, palco de OpENC a partir de 1989, quando em determinado

²⁰ VISENTINI, Paulo Fagundes. A África moderna – um continente em mudança. Porto Alegre: Leitura XXI. 2010.

momento, suas situações internas alcançaram um nível tal de insegurança, que exigia a retirada de cidadãos estrangeiros por seus países de origem ou parceiros internacionais.

O aumento dessa demanda, após a queda do muro de Berlim²¹, pode ser percebida, pelo fato de que aproximadamente 70% das OpENC e reforço de embaixadas realizadas pelos EUA desde então, ocorreram em regiões instáveis do continente africano, conforme estudos do USMC (MCCDC, [201-]).

Ao longo da década de 1990 e nos anos que se seguiram, vários Estados desenvolveram tanto sua doutrina quanto sua experiência operacional, por meio das inúmeras OpENC executadas, mediante a necessidade de mobilizar suas forças militares para apoiar no repatriamento de seus nacionais. Do montante dessas operações, dentre as ocorridas no continente africano, estima-se que cerca de 48% delas, foram conduzidas na região africana banhada pelo Oceano Atlântico pertencente a África Ocidental. Reforçando-se, dessa maneira, a condição de instabilidade dessa região (TAB. 1, Apêndice A).

A partir das considerações empreendidas e demais definições políticas e estratégicas que norteiam a missão da MB, observa-se que um dos motes das OpAnf modernas envolve as operações para a salvaguarda de pessoal de interesse, localizados em Estados afetados por precárias condições de segurança.

²¹ Barreira física construída pela República Democrática Alemã durante a Guerra Fria, que circundava toda a Berlim Ocidental, separando-a da Alemanha Oriental, sua queda deu início a reunificação da Alemanha e marcou o fim da Guerra Fria.

3 AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ÁFRICA

A política externa brasileira considera o diálogo e a cooperação internacional, instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e fortalecimento da confiança entre os Estados. Na relação com outros países, o Brasil dá ênfase a seu entorno geopolítico imediato, constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul e a costa ocidental da África²² (BRASIL, 2012a, p. 12).

Com a finalidade de contextualizar as relações entre Brasil e a África, este capítulo inicia-se com um breve resumo da importância do continente africano como detentor de grandes reservas de *commodities* minerais. Em seguida, abordam-se alguns aspectos a respeito das relações econômicas, comerciais e diplomáticas do Brasil desenvolvidas no continente africano.

Abrangerá, particularmente, a presença de cidadãos brasileiros, empresas e postos diplomáticos na África Ocidental, que, por vezes, exprime grande valia para a projeção do Brasil e de suas multinacionais, seja na manutenção de seus interesses nacionais ou de suas relações estritamente comerciais. Entretanto, será demonstrado que tais interações coexistem com a precária condição securitária de vários Estados daquela região. Por fim, serão relacionados também, alguns fatores geradores de instabilidade, na região africana afeta a este estudo.

3.1 África – Importante celeiro de recursos do século XXI

Segundo Lafer²³ (1987), citado por Penha (2011, p. 15), geralmente, toda política exterior resulta de um esforço de compatibilização entre necessidades internas com possibilidades externas.

²² A costa ocidental da África referida no texto vai desde a África Austral a África do Norte, englobando o litoral da África Ocidental propriamente dita.

²³ LAFER, Celso. Novas dimensões da política externa brasileira, Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 1, n. 3, fev. 1987.

A África tem se destacado como supridora de recursos minerais, notadamente o petróleo, para as potências industriais, em virtude das grandes quantidades existentes desses recursos. Isso tem ocasionado, segundo Penha (2011, p. 211), uma vertiginosa corrida dessas potências na exploração desses recursos.

Fundamentado em dados de 2008, o continente africano detinha um enorme potencial de recursos naturais, em cerca de seus 31 milhões de km². Estes representavam 10 a 15% das reservas mundiais conhecidas de petróleo e gás natural, 25% das reservas de urânio e mais de 35% do potencial hidroelétrico do mundo. Era também responsável, por cerca de 15% da produção mineral do planeta, dos quais: 70% dos diamantes e platina, 50% do cobalto, mais de 30% do ouro e do cromo e cerca de 20% de todo o manganês, urânio e fosfato (PENHA, 2011, p. 201).

Nesse interim, ressalta-se a importância crescente do Golfo da Guiné, onde, de acordo com PENHA (2011, p. 211), haverá uma paulatina transferência do Golfo Pérsico para aquele, como polo de abastecimento de petróleo dos países industrializados com profundas implicações estratégicas para o continente africano e para o Atlântico Sul. Essa valorização iniciou-se após o mundo vivenciar duas crises mundiais do petróleo. Por consequência, o Golfo da Guiné começou a destacar-se no cenário internacional, carreando incentivos governamentais estrangeiros para as empresas petrolíferas iniciarem a exploração na região (TAULOIS, 2013, p. 12). Angola e Nigéria despontam atualmente como os maiores produtores, com cerca de quatro milhões de barris diários, seguidos da Costa do Marfim, Gana e República Democrática do Congo.

A importância dessa produção de hidrocarbonetos para o Brasil e, principalmente, do seu comércio com a Nigéria, pode ser observada nos anuários estatísticos de 2004, 2009 e 2018 da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Constata-se, nesses documentos, que esse Estado se configurou como o maior fornecedor de petróleo ao Brasil no período entre 2001 e 2015.

Ressalta-se que o petróleo ainda constitui o principal componente da matriz energética mundial, com cerca de 31,3% dessa fatia, ainda no ano de 2016. Nessa esteira, o Brasil conta com 34,4% de sua matriz, oriunda de petróleo e derivados, de acordo com dados do ano 2018, do Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2019b).

Exemplificando a permanência significativa do abastecimento do Estado brasileiro de certas *commodities* pela África, verifica-se, por meio dos dados fornecidos pelo Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos, que em 2017, o Brasil importou 11% de petróleo e 26% de derivados do total de sua demanda interna, sendo desses, cerca 40,3% e 15% respectivamente, provenientes daquele continente (DEPEC, 2019).

Apesar da forte queda nas exportações globais da África para o Brasil, em 2018 os embarques de petróleo tiveram um aumento de 46,3% no período correspondente de janeiro a maio de 2017, negociando cifras no valor de US\$ 545 milhões (DIB, 2018).

3.2 Exploração de recursos, prestação de serviços, cooperação e diplomacia

Nas décadas de 1960 e 1970, as atenções do governo brasileiro deixaram, paulatinamente, de voltar-se contra a ameaça comunista para atender as reais necessidades na busca pelo desenvolvimento do Estado. Essa nova fase, demandava maior empenho em determinadas ações como: diversificar parceiros e assegurar novos mercados consumidores. Para essa expansão econômica, que intencionava-se projetar o Brasil no cenário internacional, fazia-se necessário encontrar maneiras de mitigar a vulnerabilidade energética em virtude da grande dependência de fontes externas de petróleo (SARAIVA²⁴, 1996, citado por PENHA, 2011 p. 165).

²⁴ SARAIVA, José. F. S. O lugar da África. Brasília: Editora da UnB, 1996.

Essa relação foi impulsionada fortemente durante o regime militar (1964-1985). De acordo com Cervo (2011, p. 407), iniciaram-se missões comerciais compostas de órgãos governamentais e do empresariado, como as que em 1965 e 1966 dirigiram-se ao continente africano, sendo a primeira exclusivamente destinada a países da África Ocidental. Tais missões lançaram as bases de uma efetiva política africana pelo Estado brasileiro.

Novas missões, em 1972 e 1973, com representantes de estatais como a Petrobrás e a Eletrobrás, iniciaram negociações para desenvolvimento de projetos visando a construção de estradas e hidroelétricas no continente (PENHA, 2011, p. 170). Nesse período, também foram instaladas, em território africano, as primeiras companhias e bancos brasileiros, além de ampliados o número de representações diplomáticas e missões comerciais (PENHA, 2011, p. 172).

Diversos acontecimentos históricos contribuíram para a criação de condições favoráveis em prol dessa relação, como os resultados advindos do processo de descolonização do continente africano, da primeira crise do petróleo²⁵ e da Revolução dos Cravos²⁶. Foi também estimulada pelas implicações oriundas da não aceitação de exigências²⁷ do governo estadunidense, tidas como exageradas pelo governo brasileiro da época. Soma-se a esses acontecimentos, a política desenvolvimentista que visava transformar o Brasil em uma potência econômica. Buscou-se, dessa forma, aproximar o Brasil dos Estados localizados do outro lado do Atlântico Sul, situação que fora historicamente dificultada pela posição subalterna que ambas as margens detinham face as grandes potências.

²⁵ Primeira crise do petróleo de 1973 – a Organização dos países exportadores de petróleo (OPEP), em protesto pelo apoio prestado pelos EUA a Israel durante a Guerra do Yom Kippur aumentou o preço do barril do petróleo em mais de 400%, fazendo que o mundo buscasse novas fontes de abastecimento.

²⁶ Revolução dos Cravos de 1974 – Evento político e social da história portuguesa, que depôs o regime vigente e implantou um regime democrático.

²⁷ Durante o Governo de Jimmy Carter (1977-1981), o mesmo condicionou a ajuda militar americana a uma política de direitos humanos e ao enquadramento dos países aliados segundo esta concepção, acarretando, dentre outras atitudes, no fechamento da Missão Naval norte-americana em 1977 e renúncia do Acordo Militar de 1952 entre o Brasil e os EUA.

Inicialmente, os serviços de construção civil eram fornecidos por estatais, tais como a Petrobras e a Vale S. A. A partir da década de 1980, o fornecimento desses serviços, foi paulatinamente, entremeando-se com contratos firmados com empresas privadas, particularmente empreiteiras como: Odebrecht, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e OAS, que foram atraídas pelas oportunidades oferecidas pelo continente africano.

Esse relacionamento permitiu que, em 1993, mesmo com restrições econômicas de ambas as partes, marcadas principalmente pelo endividamento externo e a transição do regime militar, no caso do Brasil, ainda existissem em vários Estados africanos cerca de 60 projetos e investimentos brasileiros (PENHA, 2011, p. 202). Dentre esses, cerca de 30% se encontravam na África Ocidental (FIG. 3, Anexo C).

No final do século XX e início do século XXI, a política do Brasil para a África sofreu revezes ao longo dos anos, marcados pelas gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003) e de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) (2003-2011).

De acordo com Penha (2011, p. 202), durante a gestão de FHC, o interesse foi de inserir o Brasil na globalização do primeiro mundo, o que provocou, conseqüentemente, um esmorecimento das relações políticas e uma diminuição dos fluxos comerciais. Houve, dessa forma, perda dos espaços conquistados durante o regime militar, com níveis que igualavam o intercâmbio comercial a década de 60, agravados pela inadimplência dos países africanos e pela redução do número de embaixadas e diplomatas naquele continente.

A política de Lula, por outro lado, procurou recuperar os bons resultados dos setores²⁸ onde vinha atuando o Estado brasileiro desde a década de 70, além de ampliar o

²⁸ Bens e serviços destinados à construção civil e obras de infraestrutura, além da exploração de recursos minerais.

número de postos diplomáticos e reabrir outros que haviam sido fechados na década passada²⁹.

Penha (2011, p. 209) relata que o comércio com Estados africanos dobrou em 2003, como resultado desta nova dimensão política, e continuou crescendo nos anos seguintes. Também foram ampliadas as linhas de crédito pelo governo e bancos brasileiros para o financiamento de projetos envolvendo empresas multinacionais, além da criação de novas rotas aéreas e marítimas. Além disso, é relevante citar que o Brasil abrigava, em 2003, a segunda maior população africana do mundo, a maior fora da África e que o governo soube utilizar esse fator demográfico, biológico e cultural no incremento de suas relações diplomáticas e comerciais com o continente africano, gerando afinidades de cooperação. Ainda na gestão de Lula, o Plano BRASIL 2022, em uma de suas metas, explicitava a disposição do país em diversificar e aprofundar as relações econômicas e políticas com os países africanos, em especial aqueles da África Ocidental (BRASIL, 2012a, p. 24).

Em que pese os avanços da gestão de Lula, durante os primeiros anos da gestão de sua sucessora, Dilma Vana Rousseff (2011-2016), iniciou-se novamente um período de declínio dessas relações comerciais (PECEQUILO, 2012, p. 232). Esse período foi marcado por dificuldades de operacionalização das relações do Brasil com parceiros do terceiro mundo e pela diminuição da margem de manobra doméstica³⁰ necessária para a administração de processos de cooperação comercial.

Um mapeamento realizado em 2017, pela organização denominada OXFAM Brasil, detalhou a presença de empresas multinacionais brasileiras na África. E, nos Estados que compõem a região delimitada no objeto, as empresas presentes são principalmente dos setores

²⁹ Em 1973, o Brasil contava com seis embaixadas no continente africano, perfazendo relações diplomáticas com 20 dos 37 Estados independentes da África (pois existiam as jurisdições cumulativas desses postos). Essa rede de embaixadas foi ampliada para 22 postos em 1986, e em 1995, dos 26 postos existentes (CERVO, 2011, p. 451), FHC fechou seis, reduzindo este número para 20 ao final de sua gestão. Essa situação se alterou a partir de 2003, com a reabertura ou ativação de 18 novos postos pela gestão de Lula, que encerrou sua gestão em 2011, com 38 embaixadas existentes na África (FERREIRA, 2016, p. 2).

³⁰ O orçamento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que coordenava programas do Brasil com países africanos, alcançou US\$ 100 milhões durante a gestão de Lula, diminuindo para US\$ 6 milhões sob a gestão de Dilma Rousseff. AFRICANOS temem perda de espaço no novo governo brasileiro (FELLET, 2016).

extrativistas que, englobam atividades de mineração ligadas a prospecção de petróleo e derivados, e de construção civil (TAB. 2, Apêndice B).

Soma-se as atividades das multinacionais, o envolvimento brasileiro em cooperação nas áreas de defesa e agrícola. Na área de defesa, o Brasil desenvolveu programas como, treinamento de oficiais de diversas FA da região, além de colaborar em levantamentos das plataformas continentais da Mauritânia, de Benim e de Senegal, e a venda de aeronaves militares da Embraer para Burkina Fasso, Senegal e Mauritânia (INSTITUTO, 2015) (FIG. 4, Anexo D). No âmbito da cooperação agrícola, por meio da Embrapa, o Brasil fornece assistência técnica em projetos como desenvolvimento de uma agricultura sustentável, alimentação escolar, além de ter contribuído com a indústria de beneficiamento de algodão (BRASIL, 2018).

Percebe-se que a política de relacionamento econômico e diplomático entre o Brasil e a África tentou sedimentar, ao longo dos anos, laços mais efetivos e permanentes. Essas relações variaram de acordo com a postura adotada pelos governantes brasileiros e suas gestões estratégicas, mas sem perder o foco na manutenção de seus interesses principais, como por exemplo: garantir o fornecimento de petróleo, principal matéria prima de sua matriz energética e de firmar sua influência no Atlântico Sul.

3.3 Brasileiros em uma região instável

O Estado brasileiro, além de suas multinacionais, também se faz presente diplomaticamente na África Ocidental. Dos 39 postos consulares e embaixadas existentes atualmente no continente, 15 deles se encontram nos Estados banhados pelo Oceano Atlântico da África Ocidental, e apenas Gâmbia³¹ não possui tal representação.

³¹ A Embaixada em Dacar, Senegal exerce a representatividade para a Gâmbia. Disponível em: <www.portalconsular.itamaraty.gov.br>. Acesso em: 28 mai. 2019.

Por meio da última estimativa disponibilizada pelo Itamaraty (QUADRO 1, Anexo E), verifica-se que a distribuição de brasileiros pelos Estados africanos é de aproximadamente 25.000 pessoas. Desse montante, constata-se que cerca de 1.300 estão distribuídas entre os Estados da região da África Ocidental delimitada (BRASIL, 2016). Ressalta-se que essas estimativas são realizadas com base em avaliações contidas nos relatórios consulares enviados pelos Consulados e Embaixadas, sobre o número de brasileiros residentes em suas respectivas jurisdições. Além dos brasileiros que exercem funções comerciais e diplomáticas, tais estimativas consideram, também, a presença daqueles que estejam simplesmente residindo, devido a existência de laços familiares, novas oportunidades ou apenas em trânsito.

Segundo o próprio Portal Consular do Ministério de Relações Exteriores (MRE), grande parte desses brasileiros encontra-se em situação migratória irregular e evitam submeter-se a sondagens e censos, ou mesmo matricular-se nas repartições consulares, o que torna extremamente difícil realizar tais avaliações de efetivos.

Para que cidadãos e empresas brasileiras se façam presentes em alguns Estados da África Ocidental, é necessário que se tenha uma adequada consciência situacional, além de atenção aos indícios que podem ocasionar diversas situações de perigo. Pode-se verificar, em diversas análises, feitas por organizações de avaliação e consultoria de risco como a AON *Risk Solutions* (FIG. 5, Anexo F) e a MARSH *Risk Consulting* (FIG. 6, Anexo G), que através de indicadores próprios, mapeiam³² os elementos que classificam os Estados da África Ocidental, com exceção de Gana e Cabo Verde, como sendo Estados instáveis e inseguros (AON, 2019; MARSH, 2019). Essas análises de risco podem ser reforçadas por meio de estudos realizados por instituições, tais como o *Institute for Economics & Peace* e a *Global Finance*. Esses institutos classificam os Estados com relação a suas respectivas condições securitárias,

³² Nessas empresas de análise de risco, além dos indicadores de instabilidade política, são confrontados dados relativos a ocorrência de altas taxas de criminalidade e violência urbana, de guerras prolongadas, regiões suscetíveis a desastres naturais, além de terrorismo e pirataria, dentre outros parâmetros.

ratificando as informações a respeito daquela região (INSTITUTE, 2018; GLOBAL, 2019) (TAB. 3, Apêndice C).

As dificuldades de atuação na região são muitas e não somente logísticas, podendo-se destacar três eventos recentes, envolvendo a Vale S.A. e a Petrobras, que demonstram as condições securitárias adversas que as multinacionais podem ser submetidas (OXFAM, 2017). O primeiro foi o ataque ao escritório da Vale S.A., localizado na capital da Guiné-Conacri, em 2014, durante um apagão de energia elétrica, em que manifestantes protestavam contra a situação de subdesenvolvimento do país.

Já a Petrobras, atuando na Nigéria em 2015, necessitou reforçar a segurança de seus funcionários, tanto dos que trabalhavam nos escritórios localizados na capital Lagos, quanto daqueles que precisavam se deslocar pelo interior, em virtude dos ataques do grupo extremista *Boko Haram*³³. Aliado aos atos terroristas, em 2016, esse Estado registrou protestos violentos contra o aumento nos preços da gasolina e pela falta de moeda estrangeira que dividiram o país. Ao Norte, a maioria mulçumana se colocava contra a greve, enquanto ao Sul, de maioria cristã, mais ligados a esta atividade de prospecção e produção de petróleo, era a favor.

O Itamaraty tem mantido alertas de viagem aos cidadãos brasileiros para diversos Estados desta região como: Serra Leoa, Costa do Marfim, Libéria e Gâmbia, recomendando que cidadãos brasileiros evitem viagens não-essenciais, devendo permanecer pelo mínimo de tempo necessário e em contato permanente com as respectivas Embaixadas, além de advertirem para que esses não se aventurem pelo seu interior e suas regiões fronteiriças. Somam-se a essas recomendações, alertas relativos ao terrorismo e assassinato de estrangeiros, que fazem parte dos alertas para a Nigéria, principalmente ao Norte, e para a fronteira dos demais Estados da região com o Mali e Burkina Faso. Além disso, existem alertas relativos a possíveis

³³ O *Boko Haram* (que significa “a educação ocidental é um pecado”) foi designado como uma organização terrorista estrangeira em 14 de novembro de 2013 pelo governo norte-americano.

instabilidades políticas em Guiné Bissau e em Guiné-Conacri, que ainda podem gerar um ambiente de tensão e cenários de violência no seio de suas populações (OXFAM, 2017).

Dados pesquisados até junho de 2019, estimam que em toda a África Ocidental, aconteceram mais de uma centena de ataques terroristas. Cerca de 64 destes são atribuídos ao *Boko Haram*, em sua maioria na Nigéria, cinco ataques são atribuídos ao Estado Islâmico, além de dezenas de outros ataques, cuja autoria não foi identificada (ESRI, 2019).

Considera-se que Guiné-Bissau, Guiné-Conacri e Nigéria fazem parte de um núcleo de países litorâneos da África Ocidental que mereçam mais atenção das autoridades brasileiras. Isso se deve, ao fato desses Estados concentrarem recentes eventos que refletem sua volátil condição de segurança. Além das já citadas situações de risco, que passaram algumas empresas brasileiras instaladas em seus territórios, e dos problemas advindos da atuação de grupos terroristas, podemos citar a instabilidade política da Guiné-Bissau e da Guiné-Conacri.

Concentrando a quarta população de brasileiros do continente (QUADRO 1, Anexo E), Guiné-Bissau detém um histórico político marcado por golpes militares, como os ocorridos nos processos eleitorais de 2003 e 2012. Esses episódios isolaram aquele país da comunidade internacional. Em 2019, novas ameaças de golpe de Estado foram divulgadas após as conclusões das eleições, sendo assim, denota-se que a possibilidade de mudanças repentinas do seu atual quadro político ainda é latente (THE, 2003; DJAU, 2016; BBC, 2010; INTERNATIONAL, 2019).

Guiné-Conacri também continua sendo um país com um governo frágil e uma tênue relação com seus cidadãos. A infraestrutura precária e a falta de serviços básicos têm levado a manifestações ocasionais e repentinas, geralmente violentas e englobando a interrupção do tráfego e o apedrejamento de veículos e de lojas. Em suas regiões florestais, episodicamente, ocorrem conflitos decorrentes de disputas entre as comunidades locais (BRASIL, 2019c).

Esses protestos podem culminar em conflitos, em caso de confrontação com autoridades policiais, assim como ocorreram em 2010, 2013 e 2015 (FIG. 7, Anexo H), envolvendo questões sociais e políticas antagônicas, e mais recentemente em 2018 (ACLED, 2015; HUMAN, 2018).

Pelos dados apresentados, verifica-se que as relações comerciais e diplomáticas que objetivam instalar em alguns Estados da região, filiais e escritórios de empresas, postos diplomáticos e outras organizações, requerem que tais oportunidades e interesses tenham seu custo benefício muito bem avaliado. Principalmente, as que necessitem manter em qualquer dessas atividades negociais e diplomáticas, cidadãos estrangeiros.

3.4 Razões da instabilidade

Segundo o ex-presidente de Cabo Verde, Pedro Pires (2001-2011), no fórum “BRASIL-ÁFRICA, Política, Cooperação e Comércio”, realizado em 2003, no Brasil, as sociedades africanas, com o fim da era colonial e dos regimes de exclusão racial, avançaram enormemente em vários aspectos. Entretanto, têm sido de grande complexidade, lentidão e turbulência a edificação de Estados modernos do continente, conduzindo por vezes a visões pessimistas do futuro africano.

A África continua sendo uma das regiões economicamente e culturalmente mais diversificadas do mundo, com diferenças regionais substanciais. Este quadro foi agravado pelo fenômeno da globalização e seus desdobramentos, que trouxeram intensa revolução científico-tecnológica, expansão das relações comerciais internacionais, dos fluxos de capitais e investimentos e a interdependência crescente dos países. Estas circunstâncias resultaram, porém, em desenvolvimento socioeconômico apenas para uma parte do continente. Dessa forma, esse processo contribuiu paradoxalmente para as crises econômico-financeiras

mundiais, e tornaram as economias nacionais africanas muito mais vulneráveis às suas ameaças e aos seus riscos.

A essas vulnerabilidades, somam-se, segundo Tavares³⁴ (2004), citado por Nader (2006, p. 235-236), as instabilidades políticas, como a multiplicação de movimentos golpistas que transformaram a máquina estatal em uma ferramenta utilizada em benefício próprio e nos golpes de Estado, um modo natural de conquista do poder. A África Ocidental possui, dentre as regiões africanas, segundo o mesmo autor, uma crise política instalada de forma permanente. Ainda que determinados países escapem dessa situação, dentre os quais Cabo Verde e Gana, não se pode afirmar por quanto tempo estarão protegidos.

O continente africano possui uma tradição de governos autoritários, aliados à corrupção, que tanto dificultam sua governabilidade (CARRERAS³⁵, 2002, citado por NADER, 2006, p. 238). Dessa forma, tiveram como consequência a não legitimação das construções nacionais nascentes e o fato de tornar meramente fictícia a soberania de seus Estados (TAVARES, 2004, p. 1). Somam-se a esses problemas políticos e sociais, os interesses das grandes potências, que podem gerar ingerências militares externas na disputa pelo controle dos recursos naturais, como por exemplo, as diversas intervenções francesas naqueles Estados integrantes da África francófona.

Dados extraídos do Relatório *Global Strategic Trends – The Future Starts Today* do Ministério da Defesa do Reino Unido, demonstram que a pobreza extrema, provavelmente, irá perdurar, e poderá aumentar no continente africano. Aliado a isso, a criminalidade, os conflitos e o terrorismo serão desafios duradouros que poderão piorar substancialmente. Estimam ainda, que em 2050, a população africana provavelmente dobrará de tamanho, atingindo mais de dois bilhões de pessoas. Essa população será também a mais jovem do

³⁴ TAVARES, Pierre Franklin. *Pourquoi tous ces coups d'etata en Afrique? Le Monde Diplomatic*, 2004, p.16-17.

³⁵ CARRERAS, Ignasi. *ÁFRICA Y LA COMUNIDAD INTERNANCIONAL*. Política Exterior, v. XVI, n.86, 2002, p. 173.

planeta, desafiando o fornecimento à mesma de oportunidades suficientes de educação e emprego. Esse relatório também aponta às prováveis mudanças climáticas, que poderão levar a condições meteorológicas extremas, como: secas, inundações e tempestades, tornando as quebras de safra cada vez mais comuns (REINO UNIDO, 2018).

Observa-se que os Estados da região são internamente voláteis, alternam-se entre períodos de paz e crise, sofrendo também, com inúmeras interferências externas, o que pode ser constatado no decorrer de sua história. Não havendo, a capacidade desses, em um horizonte próximo, de manter um ambiente interno estável por longos períodos.

Além das disputas por recursos, da instabilidade política, da inserção tardia e forçada em processos democráticos e na globalização, observa-se que a África Ocidental sofre ainda com outros problemas advindos da corrupção elevada, pobreza generalizada, condições climáticas adversas, altas taxas de desemprego, epidemias de ebola, malária, e desigualdade social, além do terrorismo, pirataria em suas águas jurisdicionais e tráfico internacional.

Pode-se constatar neste capítulo, que a presença de cidadãos brasileiros em regiões economicamente e diplomaticamente importantes, por vezes, coabita com condições securitárias inadequadas. Essas condições podem se agravar, ao ponto de que ocorram situações onde as atividades normais da sociedade local tornem-se de tal modo comprometidas que inviabilizem a saída dos cidadãos por meios normais de transporte.

4 O PODER NAVAL COMO INSTRUMENTO DO ESTADO

Neste capítulo, abordam-se as características do PN que fazem das Marinhas a parcela das FA de um Estado com especial aptidão para a condução de OpENC. Outros aspectos destacados serão o necessário relacionamento do PN com o MRE, o seu adestramento e seus equipamentos com vistas a possibilitar uma real capacidade de projetar poder sobre terra neste tipo de operação. Discorre-se também a respeito das possibilidades e limitações do PN brasileiro na execução de uma possível evacuação de brasileiros e pessoal de interesse em situação de risco, bem como de situações reais em que esse poderia vir a ser empregado.

4.1 O conjugado anfíbio³⁶ e seu caráter expedicionário

Ainda que quaisquer uma de nossas FS sejam capazes de conduzir uma OpENC, a MB possui uma especial aptidão para esta tarefa, particularmente, quando realizada em outro continente. Esta aptidão decorre das características intrínsecas do PN, explicitadas como sendo sua mobilidade, permanência, flexibilidade e versatilidade (BRASIL, 2017a, p. 1-5). Tais características possibilitam o atendimento de uma das tarefas básicas do PN: a de projetar poder sobre terra (BRASIL, 2017a, p. 1-8).

O Conjugado Anfíbio é a ferramenta disponível e vocacionada do PN para a realização de tal tarefa, pois aglutina todas as características citadas, materializando sua capacidade expedicionária em sua mobilidade estratégica e na possibilidade de responder prontamente a ameaças ou agressões, chegando rapidamente à região do conflito (MONTEIRO, 2010, p. 14), ou até mesmo mantendo-se pré-posicionada em regiões de interesse.

³⁶ Conjunto de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais organizados para cumprir missões relacionadas à projeção do poder sobre terra (BRASIL, 2007a, p. 64).

Particularmente para o emprego em OpENC, a constituição de uma Força Tarefa Anfíbia³⁷ (ForTarAnf), composta de meios trabalhando de forma integrada, é fundamental. Essa organização, tendo como cerne o Conjugado Anfíbio, possui a capacidade de dosar seu poder de destruição, alterando a postura militar durante seu emprego, e também, a capacidade de se organizar de acordo com a missão, ratificando ser a tropa mais adequada para este tipo de operação (ZUCCARO e SOARES, 2002, p. 7-8).

A eficácia do Poder Naval brasileiro estará relacionada à sua capacidade de integrar os seus componentes naval, aeronaval e anfíbio, para atuar em diversificadas operações, em cenários estratégicos de interesse (MONTEIRO, 2010, p. 32).

Segundo Zuccaro e Soares (2002, p. 7), uma outra razão que aponta para o Conjugado Anfíbio se constituir no instrumento mais adequado na realização de OpENC é devida a capacidade expedicionária desse conjunto ter se adaptado melhor ao fenômeno da globalização, no momento em que esse fenômeno diminuiu os espaços e acelerou o tempo mundial.

Desse modo, verifica-se que a capacidade de um Estado em constituir forças capazes de atuar se adaptando a nova gama de tarefas exigida pela complexidade do mundo moderno, conferem ao mesmo uma vantagem estratégica que contribui para que este Estado influencie prontamente em regiões de interesse.

4.2 Relacionamento diplomático e interagências

As operações de caráter expedicionário atuais têm tido maior destaque nos dias de hoje por dois motivos principais: o aumento da desordem mundial e a intensificação da

³⁷ Força organizada por tarefas, composta por forças navais, compreendendo unidades navais e aeronavais e por uma força de desembarque, criada para realizar uma operação anfíbia (BRASIL, 2007a, p. 114).

globalização, que significa que os eventos em uma região impactam de forma mais contundente em outras (TILL, 2009, p. 224).

A manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo, de grande interesse para o Brasil, serão favorecidos pela ação conjunta dos Ministérios da Defesa (MD) e do MRE (BRASIL, 2012a, p. 49). Por isso, ações militares devem ser dosadas e muito bem avaliadas, exigindo que as políticas externa e de defesa dos Estados sejam complementares e indissociáveis.

Evacuações de não combatentes em especial revestem-se de forte caráter político-diplomático decorrente das suscetibilidades das relações internacionais. Portanto, são em todos os níveis conduzidas pelo MRE em estreita coordenação com o MD. Dessa forma, a decisão de realizar uma OpENC em território estrangeiro é política e cabe ao Presidente da República, assessorado por estes dois Ministérios e pelo Gabinete de Segurança Institucional. O processo decisório político-estratégico e o gerenciamento da crise internacional, em situação de não guerra, buscará, durante a coordenação dos planejamentos e a implementação dos planos, a proteção da embaixada, do corpo diplomático, caso existam no Estado hospedeiro, e dos nacionais não combatentes, assim como a evacuação dos mesmos (Silva, 2013, p. 26).

Esse tipo de operação difere de outras operações militares na medida em que o chefe da representação diplomática acreditada no Estado hospedeiro, por estar representando diretamente o governo brasileiro, é a autoridade com poder decisório (BRASIL, 2008, p. 1-4). Poderá acarretar, deste modo, na possibilidade de interferência daquele representante do Governo na condução da operação, por conta dos aspectos políticos e diplomáticos envolvidos.

Uma OpENC exige um planejamento minucioso das ações a serem desenvolvidas, impondo ao comando da ForTarAnf particular atenção no levantamento e análise de todos os aspectos de inteligência, preparação e adequação de sua Força, a fim de que os resultados e as repercussões advindas sejam favoráveis aos interesses do Brasil.

Um dos aspectos desse planejamento, segundo Silva (2013, p. 21), envolve geralmente a confecção de Planos de Emergência de Embaixada (PEE), normalmente de responsabilidade do MRE, mais especificamente das Embaixadas e Consulados brasileiros no exterior, de Planos de Operação de Evacuação de Não Combatentes, a cargo do MD, e de diversas coordenações e ações integradas entre as autoridades e organizações governamentais civis e militares, além de instituições e organizações não governamentais (ONG) nacionais e internacionais.

Ainda segundo o autor, o Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes do MD (BRASIL, 2007b) não é claro ao estabelecer a quem cabe elaborar e aprovar os PEE, enquanto o MRE não os tem como documentos oficiais, não obrigando as suas confecções, apenas sugerindo tais iniciativas. Em virtude disso, tem se observado na prática a dificuldade de engajamento de algumas Embaixadas e Consulados brasileiros nesse importante documento. Essa situação pode dificultar a operacionalização de uma possível evacuação, visto que essas podem ocorrer sem aviso prévio, demandando maior esforço na coleta de dados importantes.

O MD, por meio de orientação aos Adidos Militares de Defesa, atribuiu aos mesmos a responsabilidade pela elaboração dos PEE, ficando suas aprovações a cargo das Embaixadas e Consulados do Brasil (SILVA, 2013, p. 26). Conforme Zuccaro³⁸ (2010) citado por Silva (2013, p. 26), até o final de 2010, das 34 Adidâncias Militares existentes até então, apenas 29 PEE tinham sido enviados ao MD, dos quais apenas seis tinham a chancela dos Embaixadores brasileiros no exterior.

Não obstante, evidenciam-se a dificuldade do efetivo controle dos nacionais, em países estrangeiros, pelas representações diplomáticas do Brasil. Essa dificuldade não advém

³⁸ ZUCCARO, Paulo Martino. *Seminário de Evacuação de Não Combatentes de 2010*. Centro de Adestramento Almirante Marquês de Leão. Niterói-RJ. Reportagem de Paulo Cabral pela BBC Brasil por ocasião da OpENC em Beirute, no Líbano, em 2006.

apenas de uma ingerência por parte dos postos diplomáticos, mas também pela falta de informação e mentalidade de nacionais quando em viagem ou residindo no exterior.

Nesta perspectiva, essas políticas institucionais influenciam diretamente o êxito das OpENC, visto que o sucesso dessas operações depende também de diversos outros fatores alheios ao adestramento e aos meios, como por exemplo, as relações de interdependência entre as diversas agências envolvidas e a capacidade de adaptação para se contrapor a própria imprevisibilidade de que se reveste uma evacuação.

Dessa forma, constata-se que, para eventuais Estados, pode ser que não exista um PEE estabelecido ou, caso exista, que o mesmo se encontre desatualizado, seja inexecutável ou ambos.

4.3 Possibilidades do Poder Naval

As possibilidades do PN são advindas de suas qualidades intrínsecas, permitindo que a MB tenha condições de cumprir um grande número de tarefas incluindo OpENC. Para tal, a fim de assegurar a prontidão e salvaguardar a soberania e os interesses brasileiros, tanto no País quanto no exterior, a MB corroborando com as ideias de Geoffrey Till, tem procurado manter suas forças em condições de executá-las.

De acordo com o autor, em geral, dois tipos de unidades que são requeridas para a realização de operações expedicionárias: as de operações especiais e as de infantaria leve (unidades dos fuzileiros navais e as dos exércitos transportadas por meios aéreos, paraquedistas ou não). Este defende que a natureza da tropa é determinante para facilitar a inserção e a extração da mesma, aspecto relevante para o desenvolvimento dessas operações (2009, p. 242).

Pode-se perceber que o LBDN de 2012, seguindo tal argumento, preconiza que o Brasil deve manter forças em condições de emprego imediato para atuarem em operações e

ações de guerra naval, tanto no período de paz, quanto nos períodos de crise e conflito. Dessa forma, a Marinha, empregando seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, tem condições de realizar operações de evacuação de não combatentes, operações de paz e ações humanitárias, projetando uma tropa anfíbia, independentemente do grau de hostilidade e do tipo de missão a ser cumprida (BRASIL, 2012a, p. 99).

Apesar das atuais restrições orçamentárias, a MB vem procurando se manter capacitada a conduzir OpENC, com o propósito de salvaguardar vidas humanas, de acordo com o previsto na PND. Sendo que, a capacitação da Força para este tipo de operação deve ser atingida em duas vertentes que envolvem, simultaneamente, a preparação do pessoal e a aquisição de equipamentos modernos e adequados. Essa preparação de seu pessoal, aliado aos meios materiais disponíveis, desde de que eles sejam apropriados, contribuirão para a eficiência na realização de tais operações.

No que diz respeito a preparação do pessoal neste tipo de operação, a MB, desde 2001, tem realizado diversos adestramentos (FERREIRA, 2019), como os exercícios da série LEÃO – DRAGÃO, que utilizaram por inúmeras vezes, a hipótese de emprego das FA em uma Evacuação de Não Combatentes. Podem ser citados, também, como exemplos recentes de exercícios de grandes proporções, envolvendo extensa gama de meios navais, aeronavais, de fuzileiros navais e, por vezes, meios de outras FS em adestramentos conjuntos, os exercícios Leão II (AVIAÇÃO, 2005), Sinal Vermelho (BRASIL, 2017b), Atlântico V e Dragão XXXIX (PODER, 2018a).

Com relação ao material, atualmente, a MB ampliou sua capacidade expedicionária com a aquisição de meios como o Navio Doca Multipropósito (NDM) Bahia, em 2015 e do Navio Porta-Helicópteros Multipropósito (NPHM) Atlântico, em 2017 (PODER, 2018b; DEFESANET, 2018). Por coincidência, tais navios, em suas Marinhas de origem, já participaram de OpENC na África e Oriente Médio. Tais meios somados aos já existentes, como

os Navios de Desembarque de Carros de Combate (NDCC), Navios Tanque (NT), novos helicópteros de maior capacidade e meios do Corpo de Fuzileiros Navais, conferem uma grande capacidade à MB para realizar OpENC até mesmo em um ambiente hostil, dependendo da missão da ForTarAnf e da análise da situação apresentada, além de um lugar de destaque para o Brasil no Atlântico Sul.

4.4 Limitações do Poder Naval

Conforme o CGCFN 1-11 (2008, p. 2-4), no que diz respeito ao planejamento e à execução de uma OpENC, as limitações são amplas e variadas. Essas limitações advêm de diversos fatores como a disponibilidade de tempo para o planejamento, que pode ser agravado em virtude de um possível grau de urgência da missão, da possibilidade de um rápido agravamento da situação no país hospedeiro, e da determinação do tempo estimado de duração das ações em terra.

Esses prazos dependem, dentre outros aspectos, de diversas resoluções políticas e de cunho legal a serem acordadas entre os países e organizações internacionais envolvidas no problema. A indefinição de tais prazos, dificultará, sobremaneira, outros aspectos do planejamento, como o fator logístico. A premência de tempo, poderá implicar, que o planejamento de uma OpENC seja realizado durante a travessia dos meios navais para Área de Operações. Dessa forma, a ForTarAnf necessitará se adequar as incertezas que não poderão ser sanadas antes do suspender.

Apesar das recentes aquisições de navios, a disponibilidade dos mesmos é fator preponderante e influenciará enormemente na capacidade de transporte de meios e evacuados. Ressalta-se ainda que, existe a necessidade de um adequado apoio de saúde em terra e a bordo, devendo esses planejamentos serem detalhadamente estudados e constantemente atualizados.

A princípio, a ForTarAnf, ao realizar uma OpENC, valer-se-á dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais de que dispõe a MB. Sendo, portanto, plenamente admissível a utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira e de tropas do Exército brasileiro (BRASIL, 2008, p. 1-3). A indisponibilidade de tais meios, ou sendo esses inadequados, pode impossibilitar a missão ou justificar a mobilização de meios civis e até mesmo, ser necessária a solicitação de apoio militar a outros Estados.

Em virtude da possibilidade de grandes distâncias envolvidas e da necessidade de transportar um grande número de meios e evacuados, pontos de apoio em Estados amigos nas proximidades da Área de Operações podem vir a ser solicitados, inclusive como LDS intermediário, conforme a situação assim recomendar ou impuser. Fica dessa forma, evidenciada a necessidade de integração e comprometimento dos níveis político e estratégico na mobilização de tais meios, nas solicitações de apoio internacionais e na execução de exercícios conjuntos de forma a garantir a interoperabilidade³⁹ e somatório de esforços, caso necessário.

Outra limitação tem ligação com a natureza das tarefas, visto que uma OpENC possui também uma natureza humanitária, em particular quando estiver configurado um ambiente permissivo no Estado hospedeiro, exigindo das forças envolvidas adestramentos específicos para a realização de suas ações, além da necessidade do estabelecimento de Regras de Engajamento e de Comportamento Operativo bem definidas e específicas (BRASIL, 2008, p. 2-4).

Uma mudança repentina de ambiente poderá exigir o desencadeamento de ações mais violentas que poderão alterar sensivelmente o planejamento da operação. Caso essa mudança de postura venha ocorrer, poderão haver implicações negativas se o poder de combate

³⁹ Capacidade dos sistemas, unidades ou forças de intercambiarem serviços ou informações ou aceitá-los de outros sistemas, unidades ou forças e, também, de empregar esses serviços ou informações, sem o comprometimento de suas funcionalidades (BRASIL, 2007a, p.140).

da tropa não fizer frente a essas eventuais transformações. Outra dificuldade está relacionada a natureza do material empregado, pois pode não ser adequado para apoiar operativamente e logisticamente as tropas em terra, acompanhando eventualmente uma possível alteração de postura.

Na parte da execução da operação propriamente dita, o Comando e Controle poderá ser extremamente complexo, visto a acentuada interdependência entre as ações das FA participantes, MRE e outras agências, além da separação física entre as forças envolvidas e a missão diplomática no país hospedeiro, aliadas a possíveis diferenças culturais e de idioma.

Apesar de todas estas limitações, muitas são inerentes as próprias OpAnf, com um grau maior de dificuldade, marcado pelas dificuldades e peculiaridades da obrigatoriedade de coordenação com outros órgãos e a manutenção da integridade física dos não combatentes a qualquer custo, pois constituem-se no centro de gravidade⁴⁰ dessas operações.

4.5 Evacuação de brasileiros não combatentes - Uma realidade

Em quatro situações distintas, o Brasil esteve envolvido na busca de uma solução para evacuar brasileiros em situações de risco sem fazer uso das capacidades do seu PN.

A primeira ocorreu, em 1998, após a eclosão de uma guerra civil em Guiné Bissau, onde cerca de 2.500 estrangeiros, dentre eles, aproximadamente, 200 brasileiros viram-se em dificuldades para deixar aquele país. O Governo brasileiro ficou, à época, a mercê do apoio da França e de Portugal e conseguiu, mediante esforço diplomático, que os portugueses evacuassem 80 brasileiros que se encontravam na capital Bissau. Esses nacionais embarcaram em um navio mercante português que demandou o porto de Dacar, no Senegal (ZUCCARO e

⁴⁰ Ponto essencial de uma nação, de forças militares ou de sistemas diversos, cujo funcionamento é imprescindível à sobrevivência do conjunto (BRASIL, 2007a, p. 52).

SOARES, 2002, p. 7). Cerca de 120 permaneceram em dificuldades no interior daquele país, configurando uma crise internacional para a gestão do Estado brasileiro (SILVA, 2013, p. 24).

Em 2004, o Exército Brasileiro, com apoio de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) evacuaram cerca de 30 brasileiros da Costa do Marfim. Esta ação foi facilitada pelo fato do aeroporto da capital estar protegido por tropas francesas (SILVA, 2013, p. 198).

Já em 2006, o Brasil evacuou 2.950 cidadãos brasileiros do Líbano. Esta evacuação foi conduzida por uma ação interagências dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, que utilizaram aeronaves da FAB e fretadas, que pousaram em Beirute e na Turquia, a fim de aguardar a chegada dessas pessoas, que se deslocaram por via terrestre das regiões em conflito para aqueles aeroportos (SILVA, 2013, p. 24).

Na ocasião, o Governo brasileiro foi criticado pela forma como conduziu a evacuação de seus nacionais.

Países ricos como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha optaram por fazer a retirada de seus cidadãos por mar [...]. O governo brasileiro optou por fazer a retirada por terra até a Turquia [...]. Diplomatas brasileiros aqui no Oriente Médio criticaram o método escolhido pelo governo para promover a evacuação dos brasileiros e culpam o Itamaraty e o Gabinete de Segurança Institucional pelo que consideram desorganização que tem cercado a operação⁴¹ (ZUCCARO, 2010 citado por Silva, 2013, p. 25).

Críticas foram direcionadas ao governo brasileiro, além da opinião pública internacional, também depreciar as medidas tomadas pelos governos australiano e canadense. Segundo França⁴² (2013), citado por Calábria (2013), estes Estados não dispunham de Marinhas equipadas e adestradas para operarem de forma autônoma, ficando notória a dependência de suas FA de apoio externo de outros Estados.

Na Líbia, em 2011, empreiteiras brasileiras, como Odebrecht e Queiroz Galvão, e a Petrobrás deixaram a região devido aos desdobramentos decorrentes da Primavera Árabe e da

⁴¹ ZUCCARO, Paulo Martino. *Seminário de Evacuação de Não Combatentes de 2010*. Centro de Adestramento Almirante Marquês de Leão. Niterói-RJ. Reportagem de Paulo Cabral pela BBC Brasil por ocasião da OpENC em Beirute, no Líbano, em 2006.

⁴² FRANÇA, Eduardo Reis. *Os ensinamentos das Operações de Evacuação de Não Combatentes*. Palestra proferida ao Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (CEMOI). 2013.

Guerra Civil. Naquela ocasião, brasileiros e funcionários estrangeiros dessas empresas tiveram que contar com o auxílio diplomático do Brasil (COSTA e FIGUEIRA, 2017, p. 64) para deixarem Trípoli em um navio de passageiros fretado. Antes disso, brasileiros já haviam deixado aquela cidade em uma aeronave também fretada com apoio do Estado brasileiro (G1, 2011; LINS, 2011).

Além disso, também foram cogitadas a realização de evacuação de brasileiros não combatentes da Coreia do Sul em 2011 e da Síria em 2012, conforme Silva (2013, p. 26). Assim, pode-se depreender que, a possibilidade de termos cidadãos nacionais correndo risco em terras estrangeiras é real e de extrema relevância, podendo acontecer a qualquer momento e nas mais distintas regiões do mundo.

O Estado brasileiro precisa notoriamente considerar as constantes mudanças no cenário mundial e adaptar-se a elas. As alterações da natureza das ameaças e dos atores envolvidos nas crises modernas devem conduzir a avaliações realistas dos cenários regional e mundial. Por sua vez, essas avaliações devem balizar o preparo e o emprego da capacitação nacional, em todos os níveis do poder. Mesmo por que uma das funções do Estado continua sendo a de atuar no Sistema Internacional, juntamente com suas instituições, aí incluídas suas FA, que são o último baluarte e legítimo repositório dos interesses de um povo (ZUCCARO e SOARES, 2002, p. 6).

5 CONCLUSÃO

Com a finalidade de atingir o propósito deste trabalho, o estudo foi estruturado em três capítulos de desenvolvimento.

Um capítulo destinou-se à apresentação de conceitos importantes sobre Operações de Evacuação de Não Combatentes, suas origens e importância, ressaltando estas como sendo uma das tarefas contemporâneas do Poder Naval dos Estados e consequentemente de suas Marinhas de Guerra. Descreveu-se também, nesse capítulo, a íntima relação de tais operações com o continente africano, e que uma parcela considerável dessas atividades militares ocorrem na porção conhecida como África Ocidental.

Analisando os dados apresentados, constata-se que, em uma era de multipolaridade, nas diversas esferas de poder e de uma latente globalização econômica, a tarefa de evacuar nacionais, em situação de risco, acentuou-se com o fim da Guerra Fria, assim como descrito na obra de Geoffrey Till e reflexões de diversos autores nacionais.

Pois, em virtude desses fenômenos sociais, as relações e arranjos mundiais, baseados em regras, não evoluíram suficientemente para lidar com os desafios impostos por essa nova era. Tornaram, dessa forma, turva a fronteira entre guerra e paz, em que os atores, usando cada vez mais, uma abordagem que vai além das atividades militares e econômicas, abriram novas arenas de conflito.

Assim sendo, os documentos políticos-estratégicos do Brasil não se abstêm da possibilidade de o Estado se envolver em situações desse tipo e preveem manter suas FA em condições de executar tais ações se necessário.

No capítulo seguinte, listou-se fatos e dados das relações do Brasil com o continente africano, procurando enfatizar a parcela da África Ocidental Atlântica. Verificou-se também, a presença de empresas, postos diplomáticos e brasileiros residentes em uma importante região

concentradora de recursos minerais. Demonstrou-se a participação de multinacionais brasileiras em vários contratos, além do relacionamento comercial que foi estabelecido nesta área. Essa relação, por sua vez, está compreendida dentro da parcela caracterizada como sendo zona de influência do Brasil no Atlântico Sul.

Dessa forma, os nacionais, empregados ou não de instituições públicas ou privadas brasileiras, constituíram em última análise, o objetivo do emprego do Poder Naval em uma possível Operação de Evacuação de Não Combatentes.

Também foram analisadas as razões da ocorrência das inúmeras situações de instabilidade nessa região africana. Essas razões fornecem um terreno fértil às especulações quanto a possibilidade de ocorrência de futuras crises, afastando a capacidade de antevê-las por meio do estudo de dados empíricos, como também de uma crítica e rigorosa análise de métodos e teorias.

Por fim, foi destinado um capítulo para analisar a importância e o emprego do Poder Naval brasileiro e suas capacidades. Justificando-o como o instrumento apropriado do Estado, considerando suas características, possibilidades e limitações, para a realização de uma evacuação de cidadãos não combatentes de locais que exijam sua versatilidade, flexibilidade, mobilidade e permanência.

Nesse capítulo, verificou-se também, que o Brasil, bem como diversos outros Estados, são suscetíveis a mudanças de conjunturas que podem remeter ao emprego de seu Poder Naval. Apesar de o Brasil, ainda não o ter feito no passado, mesmo que ocorressem situações em que seu emprego fosse possível, não pode furtar-se de manter tal capacidade em condições de pronto emprego.

Devendo essa capacidade ser mantida por meio de grandes esforços, mediante o permanente adestramento e aquisições de meios. Além disso, é necessária uma real integração

dos diversos setores públicos e privados afetos, principalmente daqueles que lidam com as relações exteriores do Brasil.

O emprego político do Poder Naval é um antigo conceito e cada vez mais recorrente. Algumas dessas formas de atuação contribuem para a projeção internacional do Brasil e internamente, as Operações de Evacuação de Não Combatentes firmam-se como aquela que pode contribuir com a importante tarefa de salvaguardar cidadãos brasileiros no exterior.

Quando se trata de garantir a integridade física de compatriotas, não se pode negligenciar a nenhuma hipotética situação. Principalmente, quando se trata de situações de risco que estejam ocorrendo em Estados possuidores de um histórico e características que remetem a necessidade de desencadear operações dessa natureza. Fazendo com que o Poder Naval seja um verdadeiro salvo-conduto para aqueles que cumprem funções em regiões de interesse.

Dessa forma, considera-se necessário que as instituições nacionais se adaptem, e que o Brasil busque a adequada preparação de suas Forças Armadas e, conseqüentemente, de sua Marinha. Essa deve manter uma verdadeira consciência situacional sobre suas responsabilidades e ameaças envolvidas, mesmo que o Brasil seja um país pacífico por tradição. Pois não se pode deixar incorrer na dependência de terceiros, correndo-se o risco de não responder a altura os anseios da sociedade.

Face o exposto e as análises realizadas, permite-se reiterar que: É importante para o Brasil possuir um Poder Naval capaz de conduzir Operações de Evacuação de Não Combatentes visando a segurança de seus nacionais que exercem atividades econômicas e diplomáticas na Costa da África Ocidental no século XXI.

REFERÊNCIAS

ACLED, Armed Conflict Location & Event Data Project. *Guinea-November 2015 Update*. Disponível em: <<https://www.crisis.acledata.com/guinea-november-2015-update/>> Acesso em: 20 jul. 2019.

ALMEIDA, Nélío de. Palavras do Comandante do Centro de Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. *Âncoras e Fuzis*, Rio de Janeiro, n. 45, Ano XIII, p. 3, dez. 2014.

AON Commercial Risk Solutions. *AON Risk Map 2019*. Disponível em: <<https://www.aon.com/2019-political-risk...and...maps/index.html>>. Acesso em: 03 mai. 2019.

AVIAÇÃO Brasil. *Marinha, Exército e Aeronáutica iniciam operação Leão II*. Nov. 2005. Disponível em: <https://aviacaobrasil.com.br/Marinha_Exercito_e_Aeronautica_iniciam_operacao_Leao_II/> Acesso em: 15 jul. 2019.

BBC News. *Guinea-Bissau leaders held in apparent coup*. Abr. 2010. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/8599070.stm>> Acesso em: 17 jul. 2019.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. *EMA-305: Doutrina Militar Naval – DMN*. Brasília, 2017a.

_____. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional – LBDN*. Brasília, DF, 2012a.

_____. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa – PND*. Brasília, DF, 2012b.

_____. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa – END*. Brasília, DF, 2012c.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. *EMA-305: Doutrina Básica da Marinha – DBM*. 2ª Rev. Brasília, D.F., 2014.

_____. Ministério da Defesa. *MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas*. 4. ed. Brasília, DF, 2007a.

_____. Marinha do Brasil. *Política Naval*. Brasília, DF, 2019a.

_____. Ministério de Minas e Energia. EPE – Empresa de pesquisa Energética. *Balanço Energético Nacional 2019 - Ano Base 2018*. 2019b. Disponível em: <<http://epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Portal Consular – Guiné-Conacri*. 2019c. Disponível em: <<http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/seu-destino/guine#seguranca>> Acesso em 10 jun. 2019.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Número e distribuição de brasileiros pelo mundo em 2016*. 2016. Disponível em: <www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades>. Acesso em: 28 mai. 2019.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Projetos Estruturais e Projetos Pontuais 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/cooperacao-tecnica>> Acesso em: 20 jul. 2019.

_____. Ministério da Defesa. *MD33-M-08: Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes*. Brasília, DF, 2007b.

_____. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. *CGCFN 1-11: Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. 2. Ed. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. *CGCFN 0-1: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. 1ª Rev. Rio de Janeiro, 2010b.

_____. Marinha do Brasil. *Fuzileiros Navais participam da operação “Sinal Vermelho”*. Jun. 2017b. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/fuzileiros-navais-participam-da-operacao-sinal-vermelho>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CERVO, Amado Luis. *História da Política Exterior do Brasil*. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 2011. 595 p.

COSTA, Luiz Paulo da Silva; FIGUEIRA, Ariane Cristine Roder. Risco político e internacionalização de empresas: uma revisão bibliográfica. *FGV EBAPE. Cad. EBAPE.BR*, v. 15, n. 1, Artigo 4, Rio de Janeiro, p. 63-87, jan/mar. 2017.

DEFESANET. *ÁFRICA - BRASIL - Empresas brasileiras fincam os pés no continente africano*. Nov. 2012. Disponível em: <www.defesanet.com.br/.../AFRICA---BRASIL---Empresas-brasileiras-fincam-os-pes-na-afrika> Acesso em: 11 jul. 2019.

DEFESANET. *PHM A140 - Atlântico Chega ao Rio de Janeiro*. Ago. 2018. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/prosuper/noticia/30316/PHM-A140---Atlantico-Chega-ao-Rio-de-janeiro/>> Acesso em: 15 jul. 2019.

DEPEC, Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. Petróleo, derivados e combustíveis. Jan. 2019. Disponível em: <https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_petroleo_e_derivados.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2019.

DIB, Ana Cristina. Comércio entre o brasil e a áfrica se distancia dos anos dourados e retorna ao patamar de 2004. *Embassy Brasilia*. Jun. 2018. Disponível em: <<https://www.comexdobrasil.com/comercio-entre-o-brasil-e-a-afrika-se-distancia-dos-anos-dourados>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

DJAU, Malam. Trinta anos de golpes de estado na guiné-bissau: uma análise da elite militar. *DSPACE*. 2016. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43391>> Acesso em: 20 jul. 2019.

ESRI. *ESRI Terrorist Attacks Map*. 2019. Disponível em: <<https://storymaps.esri.com/stories/terrorist-attacks>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

EUA. *Joint Publication 3-02. Amphibious Operations*. Washington, D.C., 2009.

_____. *Joint Publication 3-02. Amphibious Operations*. Washington, D.C., 2014a.

_____. *Amphibious Ready Group and Marine Expeditionary Unit Overview*. Washington, D.C., 2014b.

FELLET, João. Africanos temem perda de espaço no novo governo brasileiro. *BBC Brasil*. Jun 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36404339>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

FERREIRA, Wallace. FHC e Lula na África sob as perspectivas diplomática e econômica. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 14, n. 1, 2016. p. 1-13.

FERREIRA, Renato Rangel. Projeção Anfíbia: reforçando a presença do Poder Naval no Atlântico Sul. *Âncoras e Fuzis*, Rio de Janeiro, n. 45, Ano XIII, p. 9-15, dez. 2014.

FERREIRA, Renato Rangel. *Operações Anfíbias no século XXI*. Palestra proferida ao Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS). 2019.

FRANÇA, Júnia Lessa. VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 255 p.

G1. *Navio e aviões vão resgatar brasileiros na Líbia, diz Itamaraty*. Fev. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/02/navio-para-resgatar-brasileiros-ja-esta-caminho-da-libia-diz-itamaraty.html>> Acesso em: 26 jun. 2019.

GLOBAL Finance – World’s Safest Countries 2019. *Global Finance Index Score*. Disponível em: <<https://www.gfmag.com/global-data/non-economic-data/worlds-safest-countries-2019>> Acesso em: 11 jun. 2019.

GLOBALSECURITY.ORG, *Completed Post Cold War Operations*. 2016. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/ops/recent-ops.htm>> Acesso em: 26 jun. 2019.

GROVE, Eric. *The Future of Sea Power*. London: Routledge, 1990. 280 p.

HUMAN Rights Watch. *Guinea: Deaths, criminality in post-election violence*. Jul. 2018. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2018/07/24/guinea-deaths-criminality-post-election-violence>> Acesso em: 20 jul. 2019.

INSTITUTE for Economics & Peace. *Global Peace Index 2018*. Disponível em: <<http://visionofhumanity.org/indexes/global-peace-index/>> Acesso em: 03 mai. 2019.

INSTITUTO Igarapé. *Brazil asserts its influence across the atlantic*. Jun. 2015. Disponível em: <<https://pandia.defesa.gov.br/pt/noticias/261-the-blue-amazon>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

INTERNATIONAL Crisis Group. *Crisis watch Guinea-Bissau*. Jul. 2019. Disponível em: <<https://www.crisisgroup.org/crisiswatch/june-2019#guinea-bissau>> Acesso em: 23 jul. 2019.

LINS, Letícia. Brasileiros resgatados na Líbia chegam em Recife. *O GLOBO Mundo*. Nov. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/brasileiros-resgatados-na-libia-chegam-em-recife-2816916>> Acesso em: 26 jun. 2019.

MARSH Risk Consulting. *MARSH Political Risk Map 2019*. Disponível em: <<https://www.marsh.com/us/.../political-risk-map-2019.html>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

MCCDC, Marine Corps Combat Development and Command. *Why do we need Amphibious Forces*. 201-. Disponível em: <<https://www.mccdc.marines.mil>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MINGST, Karen A. *Princípios de Relações Internacionais*. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 590 p.

MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. A próxima singradura. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, ed. extra, ano XXIX, p. 9-65, out. 2010.

NADER, Adalberto. União Africana (UA). In: MERCADANTE, Aramita de A. (coord). CELLI JÚNIOR, Umberto (coord). ARAÚJO, Leandro R. de (coord). *Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia*. Curitiba: Juruá Editora, 2006, p. 220-264.

OXFAM Brasil. *OXFAM Brasil – Mapa Multinacionais*. 2017. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/mapa-multinacionais>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Manual do Candidato – Política Internacional*. Brasília: FUNAG, 2012. 370 p.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011. 245 p.

PIRES, Pedro. Pronunciamento. In: COELHO, Pedro M. P. (org). SARAIVA, José F. S. (org). *Fórum Brasil-África – Política, Cooperação e Comércio*. Brasília, 2004. p. 19-25.

PODER Naval. *Marinha do Brasil participa da Operação Atlântico V*. Nov. 2018a. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2018/11/15/marinha-do-brasil-participa-da-operacao-atlantico-v/>> Acesso em: 15 jul. 2019.

PODER Naval. *RIDEX: visita ao NDM Bahia*. Jun. 2018b. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2018/06/28/ridex-visita-ao-ndm-bahia/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

REINO UNIDO. Ministry of Defense. *GLOBAL STRATEGIC TRENDS – THE FUTURE STARTS TODAY*. 2018, 6ª ed. Disponível em: <<https://www.gov.uk/mod/dcdc>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SANTOS, Leandro Calábria Ventura dos. *Operação Crocodilo (1998): análise de um caso histórico para contribuição ao Poder Naval brasileiro*. 2013. 68 f. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Gian Dermário da. *As expressões política e militar na gestão de Operações de Evacuação de Não Combatentes em situação de não guerra*. 2013. 297 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.

TAULOIS, Pedro Luiz Gueiros. *O Poder Naval brasileiro e a segurança marítima de Angola: oportunidades para a Marinha do Brasil*. 2013. 166 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2013.

TAVARES, Pierre Franklin. As crises na África Ocidental. *Le Monde Diplomatic Brasil*. Acervo online, p.1, jan. 2004. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/as-crises-na-africa-ocidental/>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

TILL, Geoffrey. *Seapower: A guide for the Twenty-First Century*. 2nd ed. London: Routledge, 2009. 409 p.

THE New Humanitarian. *Army ousts president who kept delaying elections*. Set. 2003. Disponível em: <<http://www.thenewhumanitarian.org/report/46145/guinea-bissau-army-ousts-president-who-kept-delaying-elections>> Acesso em: 20 jul. 2019.

THOMSON, Andrew W. R. Doctrine of the Protection of Nationals Abroad: Rise of the Non-Combatant Evacuation Operation. *Washington University Global Studies Law Review*. Washington, D.C. v. 11, p 628-666, 2012.

ZUCCARO, Paulo Martinho; SOARES, Jorge Armando. Evacuação de Não-Combatentes, tarefa do conjugado anfíbio. *O Anfíbio*, Rio de Janeiro, nº 21, Ano XXII, p. 4-11, 2002.

APÊNDICE A

TABELA 1

Operações de Evacuação de Não Combatentes ocorridas na África após o fim da Guerra Fria

ANO	ESTADOS EXECUTORES / NOME DA OPERAÇÃO	ESTADO(S) HOSPEDEIRO(S)
1990	EUA (Operação <i>Sharp Edge</i>)	Libéria (África Ocidental)
1990	França	Gabão (África Central)
1990	França	Ruanda (África Oriental)
1991	EUA (Operação <i>Eastern Exit</i>)	Somália (África Oriental)
1991	França / Bélgica	Zaire (África Central)
1992	EUA (Operação <i>Silver Anvil</i>)	Serra Leoa (África Ocidental)
1993	França / Bélgica	Zaire (África Central)
1994	EUA (Operação <i>Distant Runner</i>)	Ruanda (África Oriental)
1996	EUA (Operação <i>Assured Response</i>)	Libéria (África Ocidental)
1996	EUA (Operação <i>Quick Response</i>)	RCA (África Central)
1996	França	RCA (África Central)
1997	EUA (Operação <i>Noble Obelisk</i>)	Serra Leoa (África Ocidental)
1997	EUA (Operação <i>Guardian Retrieval</i>)	Zaire (África Central)
1998	EUA (Operação <i>Safe Departure</i>)	Eritreia (África Oriental)
1998	EUA (Operação <i>Shepard Venture</i>)	Guiné Bissau (África Ocidental)
1998	Portugal (Operação <i>Crocodilo</i>)	Costa do Marfim (África Ocidental)
2000	Reino Unido (Operação <i>Palliser</i>)	Serra Leoa (África Ocidental)
2002	EUA (Operação <i>Autumn Return</i>)	Costa do Marfim (África Ocidental)
2002	França	Costa do Marfim (África Ocidental)
2002	EUA (Operação <i>Shepard Sentry</i>)	RCA (África Central)
2003	EUA (Operação <i>Shining Express</i>)	Libéria (África Ocidental)
2003	França	RCA (África Central)
2004	França	Costa do Marfim (África Ocidental)
2004	Brasil (Operação <i>Tigre</i>)	Costa do Marfim (África Ocidental)
2007	França	Gabão (África Central)
2011	EUA / Reino Unido (Operação <i>Deference</i>)	Líbia (Norte da África)

Fonte: Disponível em: <<https://www.mccdc.marines.mil>>. Acesso em: 05 mar. 2019; Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/ops/recent-ops.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2019; THONSOM, 2012, p. 657; ZUCCARO e SOARES, 2002, p. 6.

Nota: 1- A Tabela foi elaborada pelo autor a partir dos dados encontrados durante a pesquisa.

2- RCA - República Centro-Africana.

APÊNDICE B

TABELA 2

Principais empresas brasileiras presentes no litoral da África Ocidental em 2017

Estado da África Ocidental	Principais Multinacionais
Cabo Verde	Intercement (Fábrica de cimento)
Gana	Construtoras OAS, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Queiroz Galvão e Contracta Engenharia
Guiné-Conacri	Construtoras OAS, Andrade Gutierrez, Vale S. A. (exploração de minério de ferro)
Senegal	Petrobras
Nigéria	Petrobras (50% na exploração de 03 campos de petróleo e desenvolve ainda trabalhos de pesquisa para a exploração de um quarto) e Andrade Gutierrez (prospecções para construção de hidrelétricas e termelétricas)

Fonte: Disponível em: <www.defesanet.com.br/.../AFRICA---BRASIL---Empresas-brasileiras-fincam-os-pes-na-áfrica> Acesso em: 11 jul. 2019; Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/tags/empresas-brasileiras>> Acesso em: 01 jun. 2019.

Nota: A Tabela foi elaborada pelo autor a partir dos dados encontrados durante a pesquisa.

APÊNDICE C

TABELA 3

Classificação os Estados da África Ocidental de acordo com sua condição securitária e de estabilidade econômica

<i>Rank of Countries from Global Finance Safety Index Score de 2019 (128 países)</i>		<i>Global Peace Index ranking de 2018 (163 países)</i>	
RANK	COUNTRY	COUNTRY	POSITION
63	<i>Ghana</i>	<i>Sierra Leone</i>	35
80	<i>Senegal</i>	<i>Ghana</i>	41
86	<i>Sierra Leone</i>	<i>Senegal</i>	52
90	<i>Benin</i>	<i>Liberia</i>	63
94	<i>Cote d'Ivoire</i>	<i>Benin</i>	69
104	<i>Mauritania</i>	<i>Gambia</i>	76
119	<i>Mali</i>	<i>Burkina Faso</i>	80
124	<i>Nigeria</i>	<i>Guinea</i>	96
-	-	<i>Togo</i>	98
-	-	<i>Ivory Coast</i>	110
-	-	<i>Guinea-Bissau</i>	116
-	-	<i>Mali</i>	144
-	-	<i>Nigeria</i>	148

Fonte: Global Peace Index, 2018, p. 11. Disponível em: <<http://visionofhumanity.org/indexes/global-peace-index/>> Acesso em: 03 mai.2019; World's Safest Countries 2019. Global Finance Index Score. Disponível em: <<https://www.gfmag.com/global-data/non-economic-data/worlds-safest-countries-2019>> Acesso em: 11 jun. 2019.

Nota: A Tabela foi elaborada pelo autor a partir dos dados encontrados durante a pesquisa.

ANEXO A

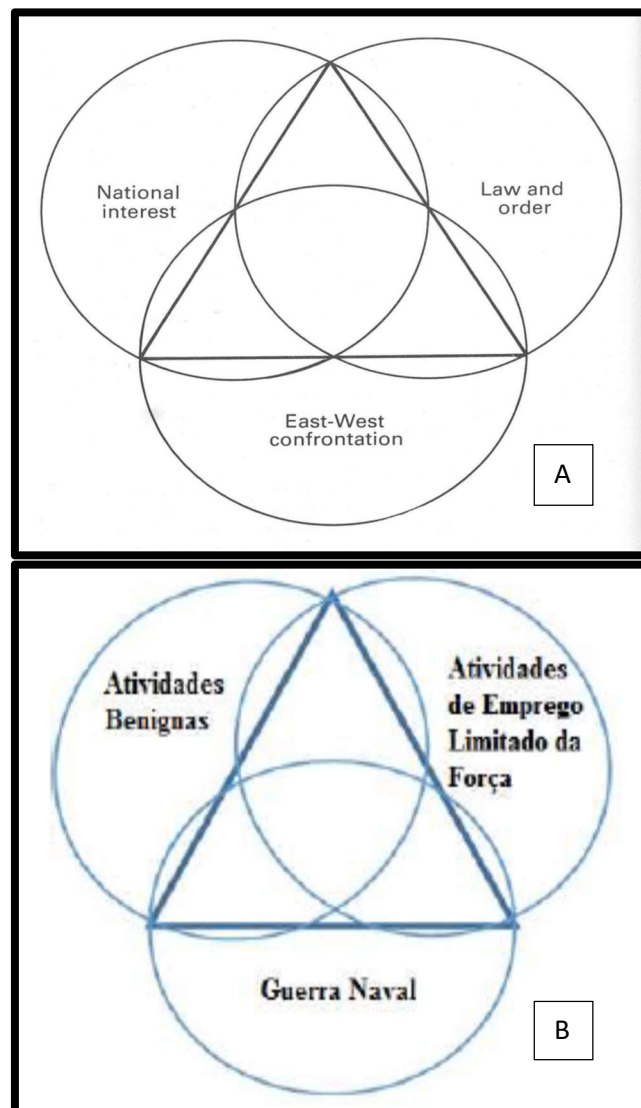


Figura 1 - Adaptação do modelo de Grove (A) para o Poder Naval brasileiro (B).

Fonte: BRASIL, 2017, p.2-11; Grove (1990, p. 235).

Nota: A Figura foi elaborada pelo autor.

ANEXO B

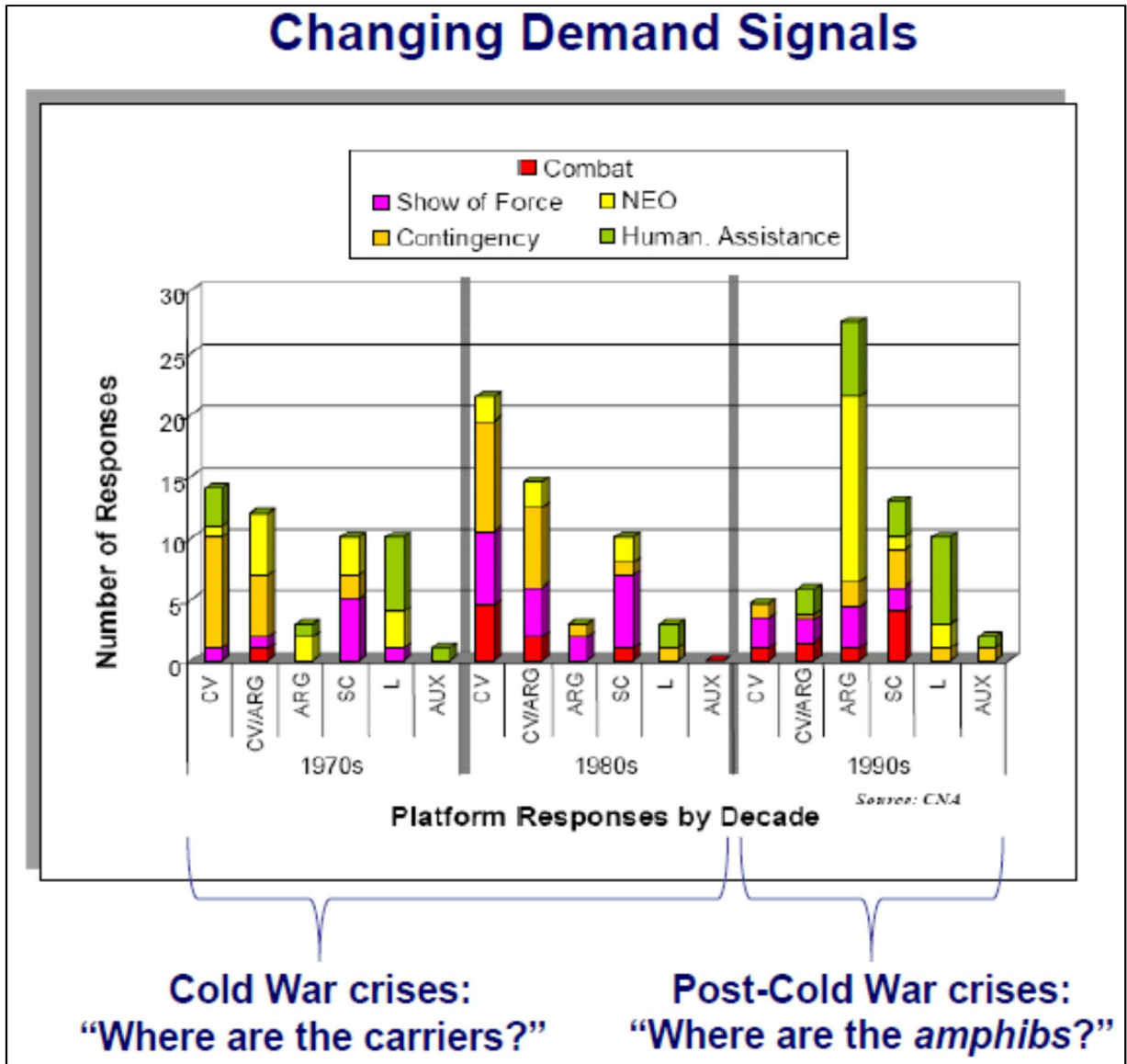


Figura 2 – Operações militares estadunidenses.

Fonte: Disponível em: < <https://www.mccdc.marines.mil> >. Acesso em: 05 mar. 2019.

Nota: Demonstra o aumento do número de OpENC (do inglês, Noncombatant Evacuation Operations – NEO) realizadas pelos EUA após 1989 e a constante utilização dos *Amphibious Ready Group* (ARG) na execução dessas operações.

ANEXO C



Figura 3 – Investimentos brasileiros na África em 1993.

Fonte: PENHA, 2011, p. 204.

Nota: Dados fornecidos pela Divisão da África do Ministério da Relações Exteriores.

ANEXO D

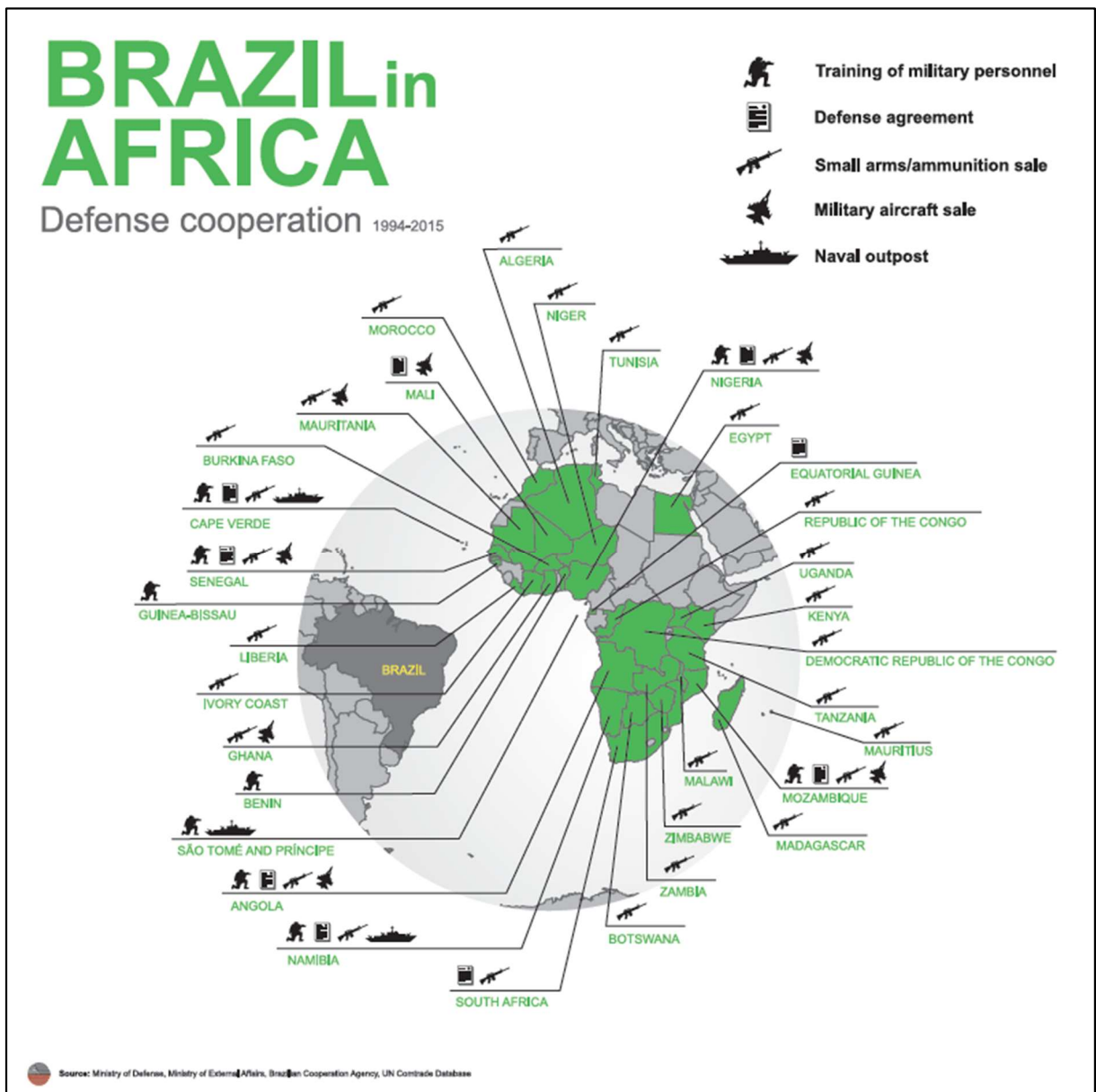


Figura 4 – Cooperação na Área de Defesa entre o Brasil e a África.

Fonte: Disponível em: <<https://pandia.defesa.gov.br/pt/noticias/261-the-blue-amazon>> Acesso em: 06 jul. 2019.

ANEXO E

Continentes	País	Total	Nome do Posto	Quantidade estimada total de brasileiros
África 25.387	Africa do Sul	1.860	Consulado-Geral do Brasil em Cidade do Cabo	360
			Embaixada do Brasil em Pretória	1.500
	Angola	15.000	Embaixada do Brasil em Luanda	15.000
	Argélia	32	Embaixada do Brasil em Argel	32
	Benin	15	Embaixada do Brasil em Cotonu	15
	Botsuana	17	Embaixada do Brasil em Gaborone	17
	Burkina Faso	45	Embaixada do Brasil em Uagadugu	45
	Cabo Verde	62	Embaixada do Brasil em Praia	62
	Camarões	70	Embaixada do Brasil em Iauendé	70
	República Democrática do Congo	240	Embaixada do Brasil em Brazzaville	240
	República do Congo	130	Embaixada do Brasil em Kinshasa	130
	Costa do Marfim	170	Embaixada do Brasil em Abidjã	170
	Egito	376	Embaixada do Brasil em Cairo	376
	Etiópia	26	Embaixada do Brasil em Adis Abeba	26
	Gabão	30	Embaixada do Brasil em Libreville	30
	Gana	200	Embaixada do Brasil em Acra	200
	Guiné	30	Embaixada do Brasil em Conacri	30
	Guiné Equatorial	370	Embaixada do Brasil em Malabo	370
	Guiné-Bissau	569	Embaixada do Brasil em Bissau	569
	Libéria	12	Embaixada do Brasil em Monróvia	12
	Malawi	30	Embaixada do Brasil em Lilongwe	30
	Mali	14	Embaixada do Brasil em Bamako	14
	Marrocos	239	Embaixada do Brasil em Rabat	239
	Mauritânia	4	Embaixada do Brasil em Nouakchott	4
	Moçambique	5.000	Embaixada do Brasil em Maputo	5.000
	Namíbia	170	Embaixada do Brasil em Windhoek	170
	Nigéria	140	Embaixada do Brasil em Abuja	n/d
			Consulado-Geral do Brasil em Lagos	140
	Quênia	150	Embaixada do Brasil em Nairóbi	150
	São Tomé e Príncipe	66	Embaixada do Brasil em São Tomé	66
	Senegal	100	Embaixada do Brasil em Dacar	100
	Serra Leoa	0	Embaixada do Brasil em Freetown	0
Sudão	-	Embaixada do Brasil em Cartum	n/d	
Tanzânia	100	Embaixada do Brasil em Dar Es Salam	100	
Togo	30	Embaixada do Brasil em Lomé	30	
Tunísia	72	Embaixada do Brasil em Tunis	72	
Zâmbia	18	Embaixada do Brasil em Lusaca	18	
Zimbábue	0	Embaixada do Brasil em Harare	0	

Quadro 1 – Brasileiros na África.

Fonte: Disponível em: <www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/acomunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades> Acesso em: 28 mai. 2019.

Nota: O quadro foi elaborado pelo autor a partir da última estimativa disponibilizada pelo Itamaraty, da presença de brasileiros distribuídos pelos Estados africanos. Produzida em novembro de 2016 com dados de 2015.

ANEXO F

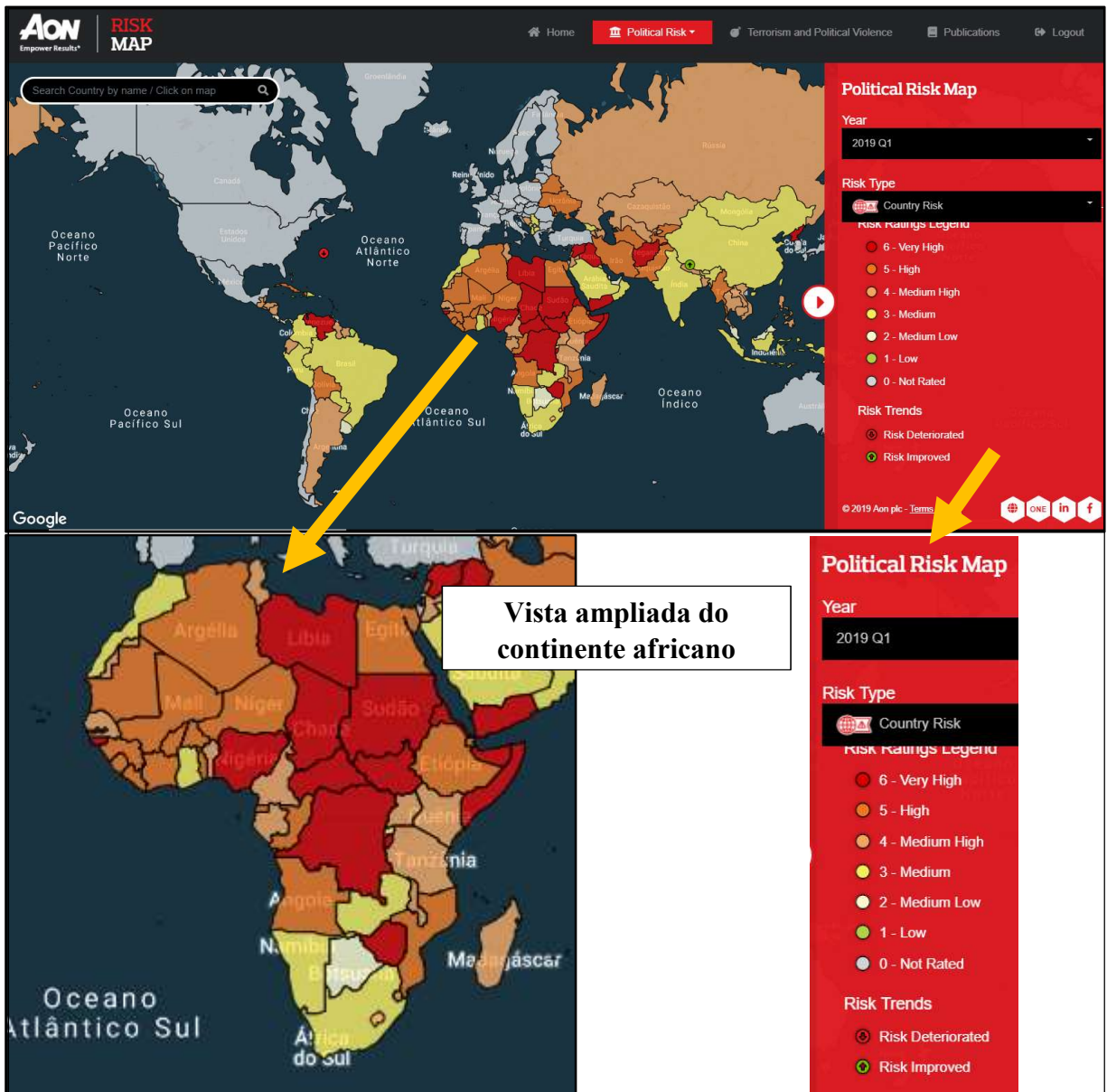


Figura 5 - Classificação de risco realizado pela Agência AON Risk Solutions para os Estados africanos.
 Fonte: Disponível em: < <https://www.aon.com/2019-political-risk...and...maps/index.html> > Acesso em: 03 mai. 2019.

Nota: A Figura foi elaborada pelo autor.

ANEXO G

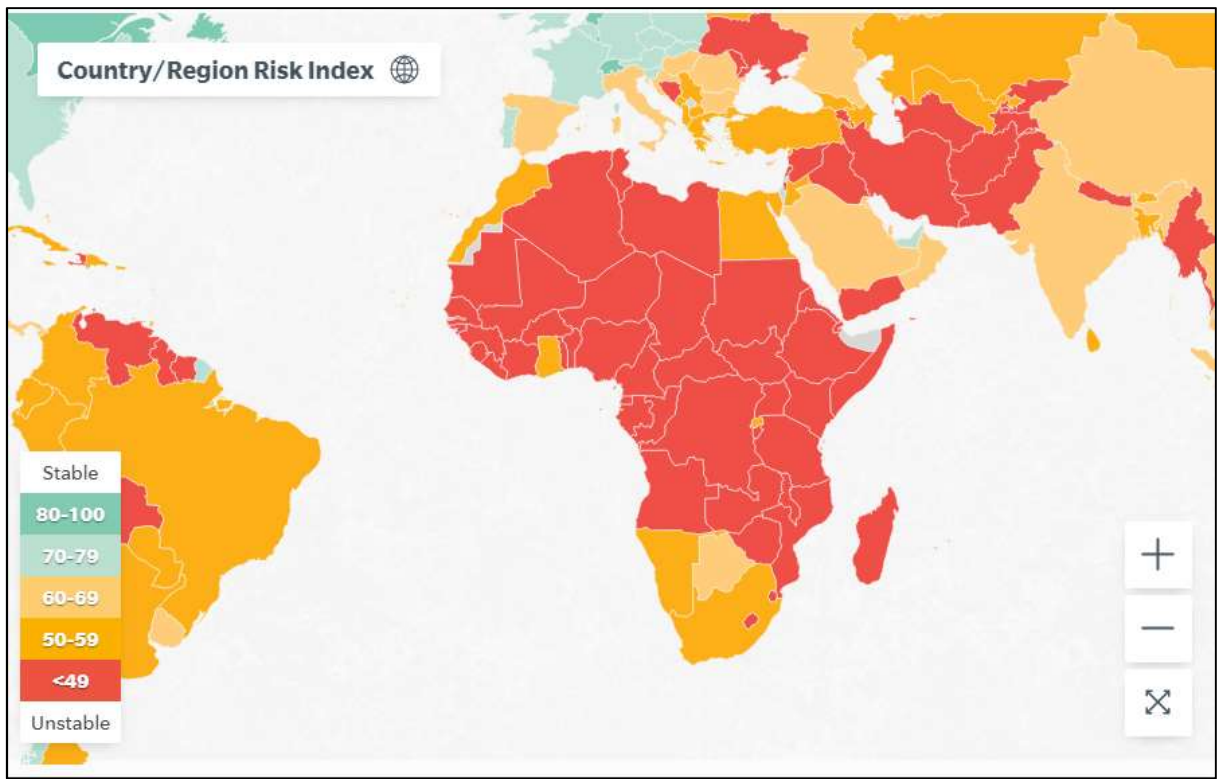


Figura 6 - Classificação de risco realizado pela Agência MARSH *Risk Consulting* para os Estados africanos.
Fonte: Disponível em: < <https://www.marsh.com/us/.../political-risk-map-2019.html> > Acesso em: 05 mai. 2019.

ANEXO H

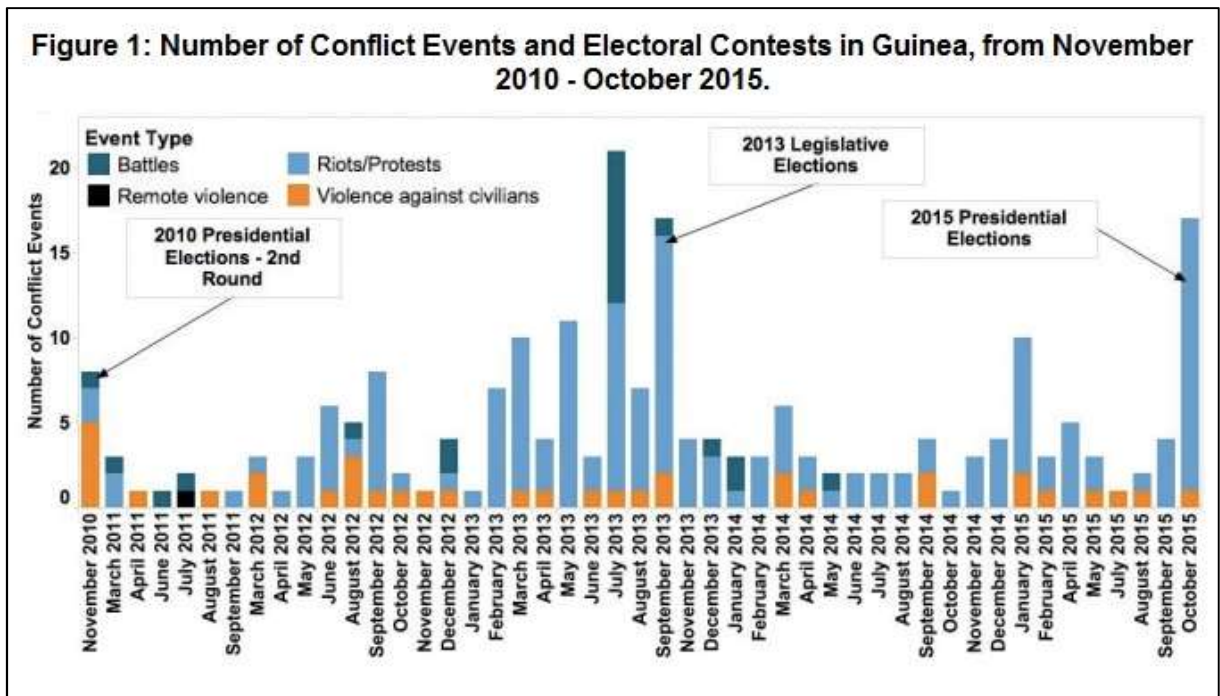


Figura 7 - Conflitos em processos eleitorais na Guiné-Conacri no período compreendido entre novembro de 2010 e outubro de 2015.

Fonte: Disponível em: <<https://www.crisis.acleddata.com/guinea-november-2015-update/>> Acesso em: 20 jul. 2019.